

## Cinema recorre até a festa de aniversário para sair do escuro nas vendas

Festa de aniversário, programas de fidelidade, exibição de shows e competições esportivas. Todas essas alternativas têm sido adotadas pelas salas de cinema na tentativa de sair do escuro nas vendas, cuja queda tem assombrado o setor desde o início da pandemia.

No entanto, o plano B dos exibidores tem respondido por apenas 5% da receita segundo a Abraplex (Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex). Os multiplex são os conjuntos de ao menos dez salas de cinema, que se instalam especialmente em shopping centers e representam cerca de 70% das vendas do setor no país.

Segundo a Abraplex, a bilheteria está em níveis muito inferiores aos de antes da pandemia: caiu 70% entre 2019 e 2021, para R\$ 882

milhões. O número de salas diminuiu 8% para 3.249 e deve enxugar em cerca de 300 unidades este ano. “Nossas vendas só devem voltar ao patamar pré-pandemia em 2024, no mundo”, diz Marcos Barros, presidente da Abraplex e da rede Cinesystem, quinta maior rede exibidora do país -depois de Cinemark, Cinépolis, Kinoplex e UCI.

O medo de contágio não é a única justificativa para o desempenho ruim, uma vez que outras opções de entretenimento voltaram com força, como shows e jogos de futebol. Ao menos desde o último trimestre de 2020, com algumas interrupções, os cinemas reabriram, mantendo o distanciamento entre as poltronas.

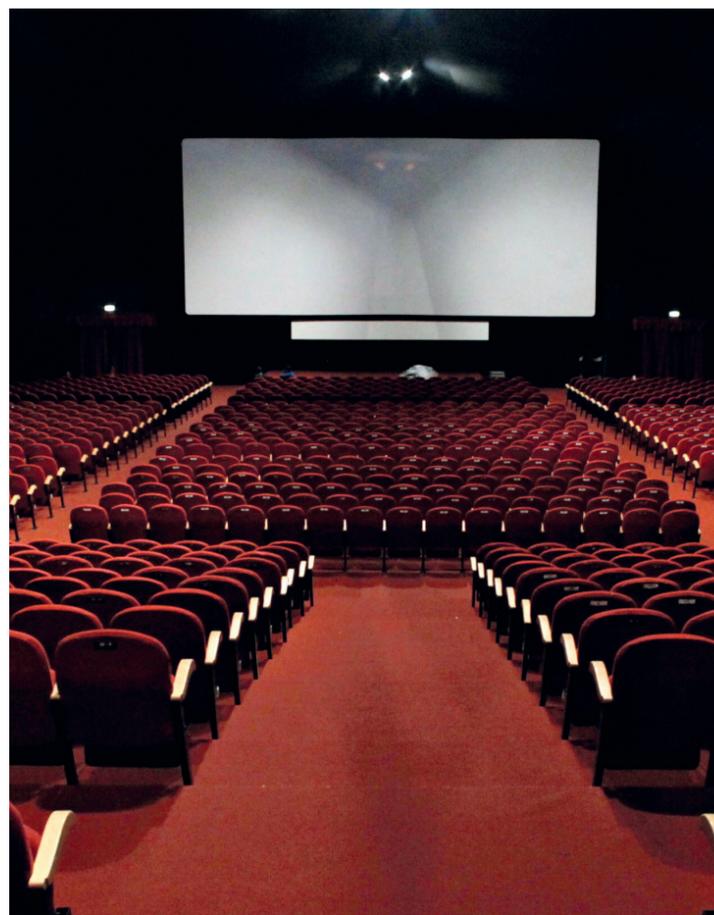
“O nosso maior problema é o baixo volume de lançamentos”, diz Barros. “Fomos os primeiros a fechar, os últimos a reabrir e a prateleira

está vazia. Os cinemas não têm todos os filmes de que precisam”, afirma o executivo, destacando que muitas produções foram adiadas por conta da pandemia.

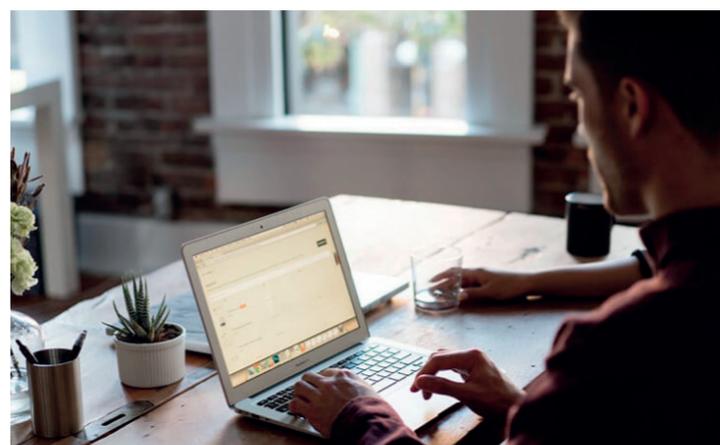
Mas existem duas questões estruturais atrapalhando a retomada do setor: os serviços de streaming, como Netflix, Amazon Prime e Disney Plus, que foram a opção de entretenimento doméstico nos momentos mais agudos da pandemia, não tiraram só o público das salas -com mensalidades que equivalem ao valor de um único ingresso-, como também foram privilegiados ao receberem em primeira mão os lançamentos dos estúdios.

Ao mesmo tempo, os shoppings, principal canal de crescimento dos multiplex, desaceleraram a expansão, o que comprometeu a abertura de novas salas.

Daniele Mandureira/Folhapress



### Economia



**Maiores empregadores mantêm equipes em home office e trabalho híbrido**

Página - 03

### Política

**Doria desiste de candidatura à Presidência após ficar isolado no PSDB**

Página - 04

**Escorregões de Lula em linguagem inclusiva viram alvo de aliados e rivais**

Página - 04

**Confiança do empresário da construção cai e afeta Casa Verde e Amarela**

Página - 03



**Na XP, R\$ 500 milhões para o primeiro private equity de agro no varejo**

Pág - 05

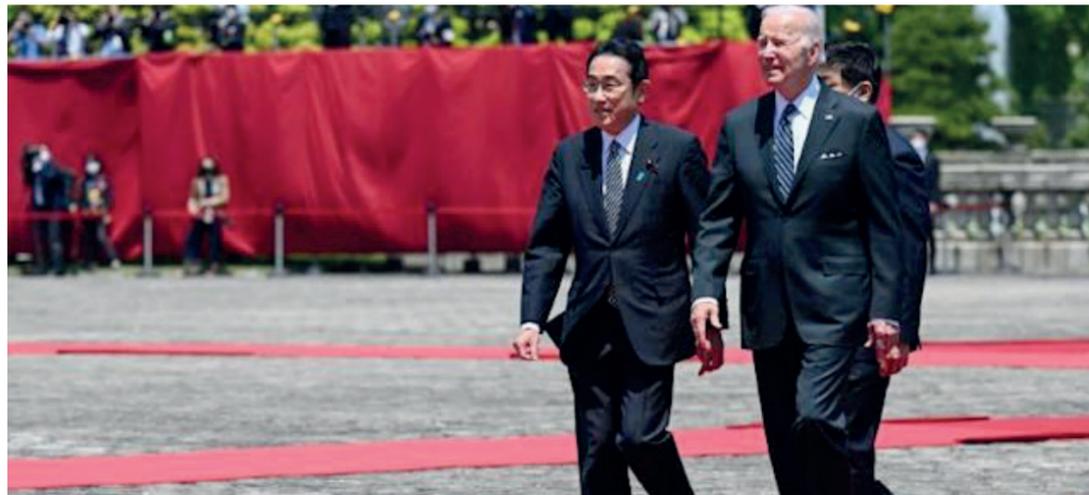
**Onda de frio no Brasil faz preço do café disparar no mercado internacional**

Pág - 05



## No Mundo

### Em viagem à Ásia, Biden volta a afirmar que EUA vão defender Taiwan em caso de invasão



O presidente Joe Biden afirmou que os Estados Unidos usariam a força para defender Taiwan caso a ilha fosse invadida pela China – um comentário que, segundo assessores do democrata, não representa nenhuma mudança na política americana em relação ao território, mas que gera a expectativa de uma reação mais dura no discurso de Pequim.

Biden participava de uma entrevista coletiva ao lado do premiê do Japão, Fumio Kishida, como parte de sua primeira viagem à Ásia desde que foi eleito para a Casa Branca, quando foi questionado por um jornalista se os

EUA defenderiam Taiwan em caso de ataque.

A resposta do presidente foi direta. “Sim. Esse é o compromisso que assumimos”, afirmou. “Nós concordamos com a política de uma só China, nós aderimos a ela e a todos os acordos feitos a partir daí. Mas a ideia de que [Taiwan] pode ser tomada à força não é apropriada”. Biden acrescentou que sua expectativa é de que esse cenário não aconteça ou seja tentado por Pequim.

A fala reitera o posicionamento de Washington definido como “ambiguidade estratégica” –por meio dessa abordagem, os EUA têm um acordo de fornecimento de

armas e outros tipos de assistência à ilha, mas não contestam formalmente a alegada soberania de Pequim em relação a Taiwan, mas se dizem comprometidos a garantir que a ilha possa se defender.

Esta não foi, contudo, a primeira declaração de Biden indicando uma ação dos EUA em defesa de Taiwan contra uma eventual invasão chinesa. Há, na verdade, uma série delas. Em outubro de 2021, por exemplo, o democrata concedeu entrevista à CNN americana em que foi questionado por um membro da plateia sobre o tema e deu resposta semelhante à sua fala desta segunda.

Folhapress

### Mundo passa de 100 milhões de refugiados pela primeira vez

Em meio aos efeitos da Guerra da Ucrânia e à diáspora provocada pela invasão russa, o mundo superou a marca de 100 milhões de refugiados pela primeira vez. O número foi divulgado pelo Alto Comissariado da ONU para o setor em Genebra, sede do órgão.

“Cem milhões é um número cruel, preocupante e alarmante em igual medida. É um recorde que nunca deveria ter sido estabelecido”, disse o alto comissário Filippo Grandi, em comunicado. “Ele deve servir de alerta para a resolução e a preven-

ção de conflitos destrutivos, para acabar com a perseguição e para tratarmos das causas subjacentes que forçam inocentes a fugir de casa.”

O relatório completo será lançado no mês que vem.

O número de refugiados já havia estabelecido um recorde de 82,4 milhões em 2020. Por ocasião da divulgação do relatório no ano passado, o porta-voz do Acnur no Brasil resumiu as expectativas pouco animadoras: “Já não nos perguntamos se chegaremos aos 100 milhões, mas quando chegaremos”.

Folhapress



### Zelenski é ovacionado em Davos e compara momento a estopins de guerras mundiais



O governo da Suíça anunciou durante o encontro anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, que promoverá uma conferência para reconstrução da Ucrânia na cidade de Locarno, em julho.

O anúncio precedeu o discurso do presidente ucraniano, Volodymyr Zelenski, na abertura das atividades –sinal do status que a guerra iniciada pela Rússia recebe no evento.

Zelenski discursou durante quase 30 minutos por transmissão ao vivo e respondeu perguntas do fundador do Fórum, Klaus Schwab, para uma plateia lotada de executivos, representantes de

governos, acadêmicos e integrantes do terceiro setor que o ovacionou por mais de dois minutos.

O presidente da Ucrânia comparou o momento atual àqueles que, em 1914 e 1938, levaram, respectivamente, à Primeira e à Segunda Guerra Mundial. Ele exortou os participantes a pressionarem governos e empresas de seus países a redobrem as sanções contra a Rússia como forma de evitar um agravamento do conflito, que completa três meses nesta terça (24), e de estimular outras invasões.

“Este é o ponto de virada. Não esperem até que a Rússia use suas armas especiais, suas armas químicas ou mesmo nucleares”, disse Zelenski.

“Não deixem que a Rússia pense que não haverá reação. Suspendam os negócios com petróleo russo. Bloqueiem todos os bancos russos. Cortem todo o comércio com a Rússia. Temos que criar esse precedente.”

Os Estados Unidos e outros países ocidentais tomaram uma série de medidas para bloquear parcialmente os russos da economia global, com reverberações políticas e econômicas pelo planeta, sobretudo na inflação. De fora, porém, ficaram o importante mercado de hidrocarbonetos –petróleo e gás– e parte das transações bancárias. Empresas ocidentais têm abandonado o país.

Luciana Coelho/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Maiores empregadores mantêm equipes em home office e trabalho híbrido



**I**mpulsionados pelas medidas de distanciamento tomadas em razão da pandemia, o home office e o trabalho híbrido permanecem sendo adotados por algumas das maiores empregadoras do país, e a expectativa é que sejam mantidos, mesmo com o avanço da vacinação.

A decisão de seguir com a opção de trabalho remoto, ao menos por algumas vezes por semana, está em linha com o que apontam levantamentos recentes, em que os trabalhadores dizem querer aproveitar a experiência de trabalho que tiveram nos últimos anos e preferem não estar no escritório todos os dias.

Segundo a Rais (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho e Previdência, fa-

zem parte dos maiores empregadores formais do país instituições bancárias (Banco do Brasil, Caixa, Bradesco e Itaú), os Correios, empresas do setor de alimentação (BRF e Seara), de teletendimento (Atento) e de saúde (Raia-Drogasil).

Pelos critérios da Rais, o topo do ranking antes da pandemia, em 2019, era dos Correios e do Banco do Brasil. De acordo com os dados atuais de número de funcionários fornecidos pelas empresas à reportagem, o primeiro lugar em 2022 pode ficar com o Itaú Unibanco.

Com quase 100 mil colaboradores hoje, o Itaú Unibanco chegou a migrar metade de seu quadro para o modelo remoto, com o início da pandemia, em 2020.

Em fevereiro deste ano,

já com a vacinação em estágio mais avançado, o banco passou a adotar três modelos de trabalho nos escritórios administrativos: presencial, para os colaboradores cujas funções demandam presença no banco todos os dias; híbrido, para times que precisam trabalhar nos escritórios com frequência ou em situações predefinidas; e flexível, que prevê mais autonomia.

No caso dos Correios, atualmente com 88,5 mil empregados, 2% (cerca de 1.770) estão em trabalho remoto. Segundo a empresa, mesmo antes da pandemia, a partir da reforma trabalhista de 2019, o teletrabalho é uma opção para parte do quadro de funcionários, “observando as condições legais, bem como a conveniência na prestação dos serviços”. Douglas Gavras/Folhapress

## Confiança do empresário da construção cai e afeta Casa Verde e Amarela

**O**s lançamentos de imóveis do programa Casa Verde e Amarela fecharam o primeiro trimestre de 2022 com queda de 25,6% na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo dados que a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) divulga nesta segunda-feira (23).

A entidade diz que o resultado foi puxado não pela taxa de juros, mas pela falta de confiança dos empresários em investir no segmento e pela queda no poder aquisitivo das famílias, além dos

custos da construção.

Os lançamentos de imóveis em geral recuaram 2,6% na mesma base de comparação, com cerca de 53 mil unidades lançadas no período.

A oferta final, formada pelas unidades que estão disponíveis para venda, em lançamento, construção ou prontas, cresceu 5,3% ante o primeiro trimestre de 2021, enquanto as vendas subiram 1,4%.

Segundo a entidade, as empresas terão de repassar os aumentos nos custos ao preço de venda de novos imóveis.

Joana Cunha/Folhapress



## Bolsonaro nega MP para taxar compras por apps como Shopee e AliExpress



**O** presidente Jair Bolsonaro disse que não pretende assinar MP (medida provisória) para taxação de compras por aplicativos, rebatendo, segundo ele, informações que teriam circulado na imprensa.

“Não assinarei nenhuma MP para taxar compras por aplicativos de comércio virtual como Shopee, AliExpress, Shein, etc. como grande parte da mídia vem divulgando”, afirmou em publicação em sua rede social.

As declarações de Bolsonaro contradizem o ministro da Economia, Paulo Guedes, que, durante evento com empresas do mercado financeiro mencionou a possibilidade de criar um imposto digital para combater o camelódromo virtual.

Ele ressaltou ainda que, para possíveis irregularida-

des nesse serviço ou outros, a saída deve ser a fiscalização, não o aumento de impostos.

Em março deste ano, a Receita Federal anunciou que estava estudando uma MP para impedir que empresas de comércio eletrônico estrangeiras vendam mercadorias para brasileiros sem pagar os devidos impostos.

Na ocasião, o secretário especial da Receita Federal, Julio Cesar Vieira Gomes, afirmou que a medida coibiria o chamado “camelódromo virtual”, permitindo verificar o fluxo financeiro das operações e comparar com o que é declarado na importação das mercadorias.

“Estamos desenvolvendo uma medida provisória e acho que ela vai ter ganhos elevadíssimos”, disse Gomes.

O movimento acontece em meio ao aumento do escrutínio sobre o funciona-

mento do e-commerce no Brasil. Empresários afirmam que empresas asiáticas têm aproveitado trecho da legislação que autoriza a pessoa física a enviar bens estrangeiros para outra pessoa no Brasil sem pagar impostos, desde que o valor da mercadoria fique abaixo de US\$ 50.

A reclamação é que as companhias estão fraudando dados ao registrar produtos mais caros com preço abaixo do valor de US\$ 50 como forma de fugir da taxa.

**GUEDES VÊ INVASÃO MACIÇA DE PRODUTOS CHINESES**

No evento de quinta-feira, Guedes afirmou que há uma invasão maciça de produtos chineses no Brasil, com algumas transações feitas em bitcoin para não gerar rastro.

Folhapress

## Política

### Doria desiste de candidatura à Presidência após ficar isolado no PSDB



O ex-governador de São Paulo João Doria (PSDB) anunciou que desiste de sua pré-candidatura ao Palácio do Planalto, cedendo a pressões da cúpula do seu partido, que pretende anunciar apoio à senadora Simone Tebet (MDB-MS) e consolidar uma candidatura única da chamada terceira via.

“Me retiro da disputa com o coração ferido, mas com a alma leve. Saio com sentimento de gratidão e a certeza de que tudo o que fiz foi em benefício de um ideal coletivo, em favor dos paulistanos, dos paulistas e dos brasileiros”, disse em seu discurso.

“Hoje, serenamente, entendo que não sou a escolha da cúpula do PSDB. Aceito esta realidade com a cabeça erguida. Sou um homem que respeita o bom senso, o diálogo e o equilíbrio. Sempre busquei e seguirei buscando

o consenso, mesmo que ele seja contrário à minha vontade pessoal. O PSDB saberá tomar a melhor decisão no seu posicionamento para as eleições deste ano”, afirmou.

“Seguirei como observador sereno do meu país. Sempre à disposição de lutar a guerra para a qual eu fui chamado. Na vida pública ou na vida privada. Que Deus proteja o Brasil”, concluiu Doria.

O anúncio, feito em tom grave, na casa alugada para seu comitê de campanha, nos Jardins, contraria a postura de Doria e de seus aliados nos últimos dias, que vinham negando a possibilidade de abrir caminho para a emedebista.

Dirigentes do PSDB não acreditavam que haveria acordo com Doria e apostavam até na judicialização do imbróglio. O tucano chegou a sinalizar que buscaria a Justi-

ça Eleitoral para garantir que o PSDB lhe desse legenda com base no fato de ter vencido prévias em novembro passado.

Doria afirmou nesta segunda que “o Brasil precisa de uma alternativa para oferecer aos eleitores que não querem os extremos”, em estocada nos líderes das pesquisas, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL).

“Saio com o sentimento de gratidão e a certeza de que tudo o que fiz foi em benefício de um ideal coletivo, em favor dos paulistanos, dos paulistas e dos brasileiros”, disse o tucano, que exaltou realizações de seu governo, como a viabilização de vacinas contra a Covid-19.

“Peço desculpas pelos meus erros. Se me excedi, foi por vontade de acertar. Se exagerei, foi pela pressa em fazer com perfeição.

Carolina Linhares, Joelmir Tavares/Folhapress

### Escorregões de Lula em linguagem inclusiva viram alvo de aliados e rivais



A campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem sido cobrada por apoiadores para ampliar o uso da chamada linguagem inclusiva, que busca combater preconceitos contra minorias, e ao mesmo tempo recebe críticas de bolsonaristas por citar termos tidos como politicamente corretos.

O petista, que lidera as pesquisas da corrida presidencial, adaptou parte de suas falas para agradar à fatia da militância que abraça a defesa das mulheres, dos negros, da população LGBTQIA+ e dos indígenas, mas escorregões nessa cartilha ainda causam desconforto em sua base.

As queixas, geralmente feitas em privado para não

### Guilherme Boulos vai presidir federação de PSOL/Rede e indica adesão a Lula

Líder do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e pré-candidato a deputado federal pelo PSOL, Guilherme Boulos será o presidente da federação PSOL/Rede e afirma que os partidos farão parte da coligação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O apoio a Lula não é unanimidade nem na Rede nem no PSOL, enquanto a formação da federação enfrentou resistência no PSOL, mas acabou aprovada pela maioria da executiva, em 30 de março, e do diretório, em 18 de abril. Já na Rede, a federação foi aprovada por unanimidade em 12 de março.

Por ser o maior partido, o PSOL ficou encarregado de presidir a federação. E Boulos foi escolhido pela ala ma-

oritária da sigla para a tarefa. O pré-candidato já assinou o pedido de registro da federação, que, pela regra eleitoral, deve ser enviado ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) até 31 de maio.

A escolha de Boulos sinaliza o compromisso da federação com Lula. O líder sem-teto abriu mão de concorrer ao Governo de São Paulo para apoiar o PT e é entusiasta da aliança em torno do ex-presidente.

“A perspectiva é a de que a federação apoie Lula e integre a coligação do PT”, diz Boulos à reportagem.

Ficou vencida a corrente do PSOL, liderada sobretudo pelo deputado federal Glauber Braga (RJ), que defende uma candidatura presidencial própria e se opõe à federação com a Rede.



respingar na candidatura, giraram em torno do uso de palavras como “índio” (em vez de indígena) e “escravo” (no lugar de escravizado) e de referências que contrariam, por exemplo, os veganos, com repetidas alusões a churrasco e picanha.

Outro problema apontado é um termo com conotação sexual no bordão de Lula sobre ter 76 anos de idade, mas “tesão de 20”. Sob anonimato, uma apoiadora diz que, embora o presidenciável faça associação com sua energia política, o termo soa depreciativo para o conjunto das mulheres.

Em ao menos um discurso recente, ele atenuou o peso da palavra controversa ao incluir “motivação” antes dela.

Outra preocupação visível é a de frisar a diversidade de gênero, mas longe de ceder à linguagem neutra, que pressupõe um vocabulário com “todes” (em vez de todos) e “amigues” (amigos). O ex-presidente costuma se dirigir aos ouvintes como “meus amigos e minhas amigas”.

“Tanto ele quanto o [Gerald] Alckmin, no lançamento da chapa, fizeram a primeira saudação às mulheres”, diz a secretária nacional de mulheres do PT, Anne Moura. “Para muitos, isso não faz diferença. Mas nós que estamos na linha de frente da luta feminista sabemos dessa importância.”

Joelmir Tavares e Victória Azevedo/Folhapress

## Na XP, R\$ 500 milhões para o primeiro private equity de agro no varejo



Num mundo de inflação de alimentos, o Brasil é sempre lembrado como o grande país capaz de abastecer a população global, atenuando o risco de escassez. Apesar disso, o agro nunca foi um setor popular entre investidores de varejo, mas a XP quer mudar essa história.

Depois de se tornar referência em emissões de dívidas e ações do mundo agro, emplacando a oferta de Boa Safra (um dos raros IPOs de sucesso da última temporada) e a maior parte dos Fiagro independentes, a XP coordenou a oferta de terceiro fundo de private equity de agro da Aqua Capital.

Foi a primeira vez que os investidores de varejo tiveram acesso a um veículo alternativo dedicado ao agro. A captação total do fundo do Aqua, que mira US\$ 400 milhões, ainda está em andamento, mas a oferta no varejo já foi concluída, levantando R\$ 501,7 milhões com 7,2 mil pessoas físicas.

“O Brasil é um país agro, mas você vê pouca oferta atrelada à essa tese e os clientes querem”, disse Leon Goldberg, sócio e responsável por fundos de investimentos da XP, em uma conversa com o Pipeline.

Para levantar os recursos para o Aqua Capital, Goldberg e os executivos da XP

que lideraram a distribuição contaram com o apetite renovado dos investidores para o agro — a disparada das commodities escancarou a relevância do setor — e com o histórico de rentabilidade da gestora de private equity fundada no Brasil pelo argentino Sebastian Popik.

No segundo fundo, um veículo de US\$ 370 milhões ainda em fase de investimento, a gestora já realizou uma taxa interna de retorno (TIR) de 36% ao ano, multiplicando o capital do fundo em quase cinco vezes, disse Fabiano Cintra, sócio e responsável pela área de parcerias de fundos de investimentos da XP.

BizNews

## Onda de frio no Brasil faz preço do café disparar no mercado internacional

Os preços do café dispararam nas últimas semanas no mercado internacional diante do frio intenso no Sudeste do Brasil, que pode prejudicar as plantações em Minas Gerais e São Paulo.

O Brasil é o maior exportador de café e de açúcar do mundo.

O preço do grão do tipo arábica subiu mais de 10% nos últimos 20 dias e fechou a US\$ 2.272 no contrato mais negociado.

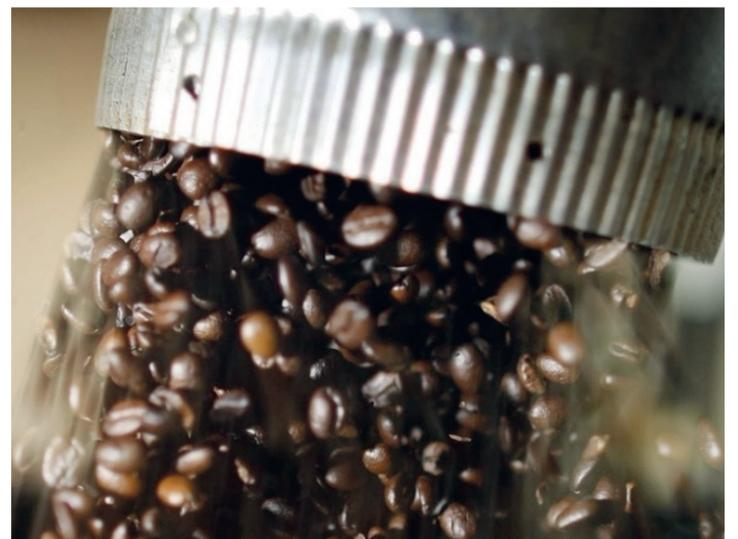
O temor dos analistas é que haja geadas nas regiões produtoras. O auge do frio costuma ser entre junho e agosto e o clima atípico de maio trouxe apreensão. A úl-

tima vez que houve geada em áreas produtoras de café em maio foi em 1979.

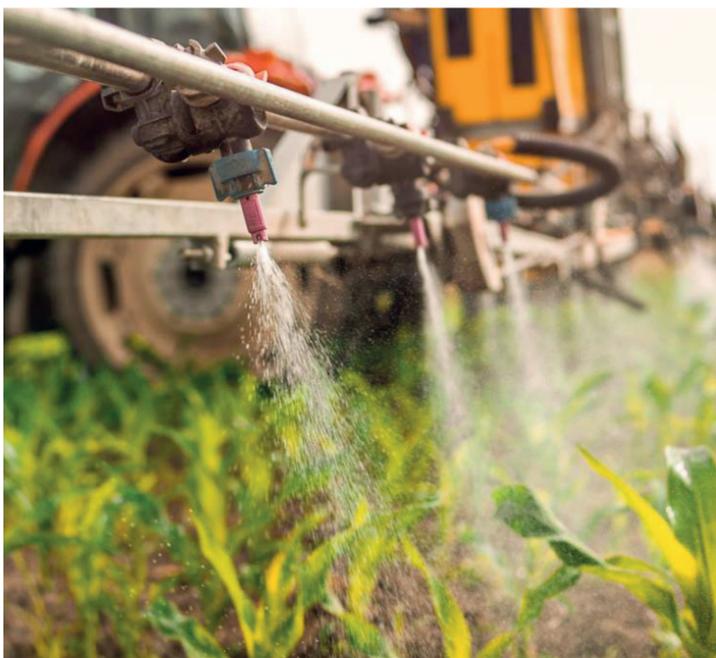
– O risco é muito baixo (de geadas), no caso das áreas produtoras de café, apenas em altitudes mais altas em alguns pontos específicos do Paraná e de Minas Gerais – afirmou Donald Keeney, meteorologista da Maxas Technologies.

A Hightower Report, firma especializada em pesquisa de mercado para commodities, avalia que, mesmo que as previsões mais pessimistas para o clima não se confirmem, as temperaturas mais baixas no Brasil manterão os preços do café sob pressão no mercado internacional.

BizNews



## PL que isenta biodefensivos agropecuários de PIS e Cofins avança na Câmara



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara aprovou, o projeto de lei que isenta os biodefensivos agropecuários da cobrança do PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O objetivo da proposta é incentivar o uso de produtos ambientalmente sustentáveis no lugar de agrotóxicos químicos. O texto propõe reduzir a zero a alíquota dos dois tributos em operações de importação e sobre a receita bruta da venda dos produtos no mercado interno.

Para o relator, deputado Heitor Schuch (PSB-RS), a proposta corrige uma “grande injustiça”, ao garantir que os agentes de controle biológico usados como defensivos tenham o mesmo tratamen-

to tributário dos defensivos agropecuários tradicionais, que desde 2004 estão isentos do pagamento do PIS/Pasep e da Cofins.

O PL, segundo Schuch, estimula a adoção de tecnologia ambientalmente sustentável e menos nociva à saúde. Os biodefensivos agropecuários, que podem substituir agrotóxicos, são organismos vivos, como vírus, bactérias e insetos, usados para controlar pragas e doenças nas plantações.

O projeto foi apresentado em 2019 pelo deputado Wilson da Fetaemg (PSB-MG). Inicialmente, ele previa a retirada do tratamento tributário diferenciado conferido aos defensivos agropecuários químicos. Para o relator, entretanto, isso prejudicaria os pequenos produtores rurais que utilizam os produtos nas lavouras.

Schuch ressaltou, no parecer, que cerca de 35% dos 3,9 milhões de agricultores familiares usam agrotóxicos em sua produção, o equivalente a mais de 1,3 milhão de estabelecimentos, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017. “O aumento das alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins certamente seria repassado aos preços dos defensivos, reduzindo ainda mais a lucratividade desses produtores”, concluiu.

“Desse modo, apresento emenda para contemplar a extensão do benefício tributário aos agentes de controle biológico, mantendo, contudo, o tratamento hoje existente aos demais defensivos agropecuários”, propôs o relator. A proposta ainda precisa passar pelas comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça (CJ).

BizNews

## Tecnologia

### Asus apresenta placas-mãe X670 e X670E para CPUs Ryzen 7000



Asus revelou sua nova linha de placas-mãe AMD durante a Computex 2022. As séries X670 e X670E Extreme estão entre as primeiras projetadas para receber os novos CPUs Ryzen 7000 compatíveis com soquete AM5, com suporte a DDR5 e PCI Express 5.0

Após 6 anos desde a sua chegada em 2016, a AMD começa a preparar a aposentadoria do socket AM4, utilizado em todas as gerações de CPUs Ryzen até o momento. A conferência da empresa aconteceu e logo as fabricantes parceiras começaram a revelar seu line-up para os novos Ryzen 7000.

Uma das primeiras a

apresentar produtos com o novo soquete AM5 foi a Asus, com o modelo ROG Crosshair X670E Extreme. A placa-mãe EATX voltada para o segmento entusiasta traz, além dos slots de memória DDR5, até cinco slots M.2 PCIe 5.0; dois embarcados e outros três por meio da placa de expansão M.2 ROG GEN-Z 2.

O modelo ainda conta com dois soquetes PCI Express 5.0 x16. Um para as novas gerações de GPUs e o segundo é necessário para a placa de expansão GEN-Z.2, mas isso garante que todos os SSDs instalados nela conseguirão operar em velocidade x4.

A solução de alimentação

robusta da X670E Extreme Crosshair foi projetada para entregar até 110A. Isso garante que todos os componentes, de memórias DDR5 aos SSDs PCIe 5.0, terão energia de sobra para entregar o máximo de desempenho.

Graças às novas pistas de transferência de qualidade superior, a placa entusiasta conta também com portas USB 4 e USB 3.2 Gen 2 no painel I/O traseiro e conector para painel frontal também com duas portas USB 3.2 Gen 2 de alta velocidade e compatíveis com Quick Charge 4+. Isso garante que gabinetes portas frontais compatíveis entreguem carregamento rápido de até 60W.

Daniel Trefílio Pereira de Carvalho/TecMundo

### Tectoy pode ser multada por vender carregador sem homologação

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) solicitou à Tectoy que dê explicações sobre a venda do carregador Power Bank XCharge no Brasil, produto que não possui homologação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A empresa terá cinco dias para se justificar, contados a partir desta segunda-feira (23).

Conforme a decisão publicada no Diário Oficial da União, a empresa terá que esclarecer, à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon), o motivo de iniciar a comercialização do item sem a devida autorização da agência reguladora. A falta de “esclarecimentos convincentes” pode levar à

aplicação de uma multa diária de R\$ 50 mil.

Ainda segundo o MJSP, o produto em questão, o Power Bank 995810071846 - XCharge, não possui permissão para ser vendido pela internet. A proibição vale tanto para o site da Tectoy como também para qualquer outro e-commerce ou página especializada em tecnologia.

Se não cumprir as determinações, a companhia será obrigada a suspender imediatamente a comercialização da bateria portátil no mercado nacional. Mas em visita ao site da Tectoy ainda hoje não encontramos o power bank em questão, como mostra a imagem acima, sugerindo que a venda já foi suspensa.

André Luiz Dias Gonçalves/TecMundo



### Corsair: primeiro notebook gamer da marca é lançado com touch bar



Durante a Computex 2022, a Corsair anunciou o Voyager a1600 AMD Advantage Edition, o primeiro notebook da marca focado em jogadores e streamers. Além da exclusividade dos processadores AMD Ryzen 6000, o novo dispositivo será lançado com GPU Radeon RX 6800M para oferecer uma ótima solução de imagem aos consumidores finais.

Um dos detalhes mais chamativos é a barra touch de LCD com 10 teclas que personalizam os controles do software Stream Deck, da marca Elgato — a barra pode ser acessada mesmo com o notebook fechado. A funcionalidade é voltada aos consumidores que realizam transmissões ao vivo de jogos e outros conteúdos.

O notebook será lançado em duas versões. O hardware inclui tela WQHD+ de 16 polegadas (taxa de atualização de 240Hz), processadores Ryzen 7 (6800HS) ou Ryzen 9 (6900HS), 32 GB ou 64 GB de memória RAM (DDR5), 1 TB ou 2TB PCIe 4.0 M.2 NVMe SSD de armazenamento interno, USB 3.2 (Tipo C e Tipo A), USB 4.0 (Thunderbolt), bluetooth 5.2, Wi-Fi 6E, bateria de 6410 mAh e sistema operacional Windows 11 Home.

É possível personalizar a barra de teclas de streaming da maneira que o usuário desejar. A solução também pode ser usada em aplicativos de videoconferência como o Zoom, Microsoft Teams, Skype, entre outros.

“Seja você um criador de conteúdo, um jogador ávido

ou um streamer em tempo integral, o Corsair Voyager a1600 combina tecnologias de ponta AMD Advantage com o melhor da engenharia de desempenho CORSAIR para fortalecer sua criatividade e oferecer uma experiência de jogo ultraportátil”, é descrito no site oficial da Corsair.

O Voyager também inclui um teclado mecânico Cherry MX com luz RGB, webcam FHD de 1080p, leitor de cartão SDXC 7.0 e conector de áudio de 3.5mm. Já o design foi projetado para ser robusto, com tela fina e pesa apenas 2,4 kg.

Disponibilidade:

O modelo mais simples do Voyager a1600 é o CN-9000003-XX, que será lançado por US\$ 2.700.

Lucas Vinicius Santos/TecMundo



Edição impressa produzida pelo Jonal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.  
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: [https://datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](https://datamercantil.com.br/publicidade_legal)  
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

# Publicidade Legal

## Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.

CNPJ/ME nº 19.916.590/0001-25 – NIRE 35.300.508.491

**Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 29/04/2022**  
**1. Data, hora e local:** Aos 29/04/2022, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Rua da Catequese, nº 227, 8º andar, sala 84, Jardim, Santo André-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Publicações:** As demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021 foram publicadas, no jornal Data Mercantil, no dia 28/04/2022, na página 32. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcelo Kopel e secretariados pelo Sr. Edson Micali Júnior. **5. Ordem do Dia e Deliberações:** os acionistas presentes, por unanimidade de votos, sem quaisquer reservas ou ressalvas, tomaram as seguintes deliberações: **(i)** aprovar a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A.; **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** **(ii)** aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **(iii)** consignar que, no exercício social encerrado em 31/12/2021, a Companhia registrou prejuízo no valor de R\$43.895.000,00, sendo o valor integral do prejuízo destinado à conta de prejuízos acumulados; **(iv)** aprovar a eleição dos seguintes Diretores da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas do exercício social a ser encerrado em 31/12/2023: **(a) Leonel Dias de Andrade Neto**, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.735.214-54 SSP/BA e do CPF/ME sob nº 291.647.615-68, para o cargo de Diretor Presidente; **(b) Marcelo Kopel**, portador da cédula de identidade RG nº 8.686.694-1 e do CPF/ME sob nº 059.369.658-13, para o cargo de Diretor Financeiro; e **(c) Thais Pepinelli Pfeiffer**, portadora da cédula de identidade RG nº 30.629.404-7 SSP/SP, e do CPF/ME sob nº 277.742.808-55, para o cargo de Diretor sem designação específica. Os Diretores ora eleitos serão empossados em seus cargos mediante a assinatura do respectivo termo de posse e desimpedimento. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** **(v)** aprovar a alteração do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 13º.** A Companhia considerará-se obrigada quando representada: **(i)** por 2 Diretores em conjunto; **(ii)** por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador com poderes especiais, devidamente constituído; **(iii)** por 2 procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos; ou **(iv)** por 1 só Diretor ou 1 procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática dos seguintes atos, que não estarão sujeitos às regras dos Parágrafos deste Artigo: **(a)** de representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes, órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário em qualquer instância e Ministério Público em qualquer esfera, nas Assembleias Gerais de Acionistas ou Reuniões de Sócios das sociedades nas quais a Companhia participe, bem como nas Assembleias ou Reuniões de entidades de direito privado nas quais a Companhia participe como patrocinadora, membro fundador ou simplesmente membro participante; **(b)** de endosso de cheques ou autorizações bancárias para depósito em contas bancárias da Companhia; **(c)** de representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho; para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados; acordos trabalhistas e demais atos inerentes à condição de preposto; e **(d)** nas movimentações e transferências entre contas bancárias de mesma titularidade da Companhia e/ou suas subsidiárias e empresas controladas. § 1º. Não obstante as disposições do Artigo 13 acima, todos os atos e documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da Companhia, tais como contratos e escrituras de qualquer natureza, cheques, promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e outras movimentações financeiras, empréstimos, financiamentos e títulos de dívida em geral, serão obrigatoriamente assinados por: **(i)** dois Diretores em conjunto, ou um Diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores em conjunto, em caso de ato ou negócio envolvendo montante individual de até R\$ 300.000,00 em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 meses; **(ii)** um Diretor em conjunto com um procurador, em caso de ato ou negócio envolvendo montante individual superior a R\$ 300.000,00 e inferior a R\$1.000.000,00 em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 meses; ou **(iii)** dois Diretores em conjunto, em caso de ato ou negócio envolvendo montante individual superior a R\$ 1.000.000,00 em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 meses. § 2º. As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e, salvo aquelas previstas no § 2º deste Artigo, terão período de validade limitado a, no máximo, 01 ano. § 3º. As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas. § 4º. Os atos, transações e operações praticados em violação ao disposto neste Artigo, ainda que em nome ou em favor da Companhia, não são considerados atos da Companhia, sendo totalmente inoperantes e ineficazes em relação à Companhia, produzindo efeitos e vinculando, pessoalmente, a pessoa que praticou o ato com infração a este Estatuto ou com excesso de poderes. **(vi)** aprovar a consolidação e reforma do Estatuto Social da Companhia, conforme consta do Anexo I à presente Ata. **6. Lavratura e aprovação da ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada as assembleias, das quais se lavrou a presente ata. Santo André, 29/04/2022. **Edson Micali Júnior – Secretário. Anexo I – Consolidação do Estatuto Social da Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.** CNPJ/ME nº 19.916.590/0001-25 – NIRE 35.300.508.491. **Capítulo I – Denominação Social, Sede, Objeto Social e Duração. Artigo 1º.** A Trend Viagens Operadora de Turismo S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede, foro e domicílio à Rua da Catequese, nº 227, 8º andar, sala 84, Bairro Jardim, CEP 09090-401, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e extinguir filiais, agências, depósitos e escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social (i) a participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, exercendo o controle sobre as mesmas ou delas participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital; e (ii) a intermediação de serviços de viagem e turismo, bem como a promoção do Turismo através de organização de feiras, congressos, exposições, eventos em geral, em conformidade com as normas do Ministério de Turismo – MTUR e do Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur. **Artigo 4º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 327.234.695,58 dividido em 56.900 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 46.900 ações ordinárias, 5.690 ações preferenciais classe A e 4.310 ações preferenciais classe B. § 1º. Todas as ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. § 2º. As ações preferenciais classe A conferirão a prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio e a prioridade no recebimento de dividendos em relação às ações ordinárias e ações preferenciais classe B. § 3º. As ações preferenciais classe B conferirão: (a) a prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; e (b) direito ao recebimento de dividendos 132,01% superiores ao valor recebido por cada ação ordinária. § 4º. Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, observado o prazo fixado pela Assembleia Geral, não inferior a 30 dias, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto. **Capítulo III – Assembleias Gerais. Artigo 6º.** As Assembleias Gerais realizar-se-ão, ordinariamente, nos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para deliberar sobre o disposto na Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e, extraordinariamente, sempre que o exigirem os negócios sociais, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária. § 1º. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvado o pedido de instalação do Conselho Fiscal, o qual poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, ainda que tal matéria não conste da ordem do dia. § 2º. As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer membro da Diretoria da Companhia, com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e apresentação dos documentos pertinentes, devendo, para tanto, ser observadas todas as formalidades previstas em lei e neste Estatuto. Havendo quórum legal de instalação, as Assembleias Gerais serão presididas por qualquer membro da Diretoria. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-la. § 3º. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade e do mandato que confira poderes para tanto, se for o caso.

§ 4º. As atas das Assembleias Gerais deverão ser assinadas pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes e lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções. § 5º. Independentemente das formalidades prescritas em lei e no § 2º deste Artigo 6º, acima, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 7º.** As matérias submetidas às Assembleias Gerais serão aprovadas segundo o quórum da Lei da Sociedade por Ações. Exceto nos casos previstos em lei, as deliberações serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital social da Companhia. **Capítulo IV – Administração da Companhia. Seção I – Disposições Gerais. Artigo 8º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, no presente Estatuto Social e respeitadas as disposições de acordo de acionistas depositado na Sede da Companhia. § 1º. Os Diretores serão investidos nos seus cargos, independentemente de caução, mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria. § 2º. O mandato dos membros da Diretoria será de 2 anos, permitida a reeleição. § 3º. Os administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído. **Artigo 9º.** Cabe à Assembleia Geral estabelecer a remuneração global da Diretoria. **Artigo 10º.** É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador ou empregado da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. **Seção II – Diretoria. Artigo 11º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de até 4 Diretores, acionistas ou não, todos residentes no país, profissionais de comprovada capacidade e experiência em suas respectivas áreas de atuação e responsabilidade, os quais 1 será o Diretor Presidente, 1 será o Diretor Financeiro e 2 serão Diretores sem designação específica, sendo responsáveis pela administração, representação e implementação das deliberações aprovadas nas Assembleias Gerais. Os membros da Diretoria serão eleitos pela maioria de votos da Assembleia Geral. **Artigo 12º.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelos acionistas, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social e em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. § 1º. Adicionalmente às funções, competências e poderes atribuídos para cada um dos Diretores pela Assembleia Geral, pelo Estatuto Social ou por lei, compete, especificamente: **(i)** ao Diretor Presidente: (a) coordenar o desenvolvimento de produtos e manter a Companhia e suas investidas atualizadas tecnologicamente, assegurando a qualidade dos produtos e serviços; (b) manter o foco da Companhia e de suas investidas, assegurando a sua missão, valores e cultura; (c) coordenar as unidades de negócio da Companhia e de suas investidas; (d) avaliar e acompanhar os processos de mudanças da Companhia, que visem melhorar as áreas de supply chain, sistemas, qualidade, produtividade, gestão organizacional, comercial e marketing; (e) manter, consolidar e avaliar a elaboração dos relatórios de resultados corporativos da Companhia, informando os acionistas e conselheiros sobre dados estratégicos; (f) manter programa atualizado de recursos humanos para assegurar a obtenção dos melhores profissionais, sua permanente atualização e sua manutenção na Companhia e suas investidas, com política de custos compatíveis com o mercado; e (g) propor aos acionistas regras e condições relativas à orientação dos negócios gerais da Companhia e suas investidas; **(ii)** ao Diretor Financeiro: (a) coordenar as atividades financeiras da Companhia, reportando-se ao Diretor Presidente, e de acordo com as diretrizes deste estatuto social; (b) garantir o alinhamento das áreas subordinadas; e (c) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem determinadas por este estatuto social ou pelo Diretor Presidente; e **(iii)** aos Diretores sem Designação Específica: (a) auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro no exercício de suas respectivas atribuições; (b) praticar atos normais de gestão da Companhia, isoladamente ou em conjunto com outros Diretores da Companhia; e (c) exercer outras funções e atribuições que lhe forem determinadas por este estatuto social ou pelo Diretor Presidente. § 2º. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer Diretor, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 2 dias úteis, e a reunião somente será instalada com a presença de todos os seus membros. Será considerada regular a reunião de Diretoria em que todos os Diretores compareçam, independentemente de convocação prévia. § 3º. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fax ou e-mail que identifique de forma inequívoca o remetente. § 4º. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fax ou e-mail, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata. § 5º. As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos seus membros, e, no caso de empate o voto do Diretor Presidente prevalecerá. **Artigo 13º.** A Companhia considerará-se obrigada quando representada: **(i)** por 2 Diretores em conjunto; **(ii)** por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador com poderes especiais, devidamente constituído; **(iii)** por 2 procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos; ou **(iv)** por 1 só Diretor ou 1 procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática dos seguintes atos, que não estarão sujeitos às regras dos Parágrafos deste Artigo: **(a)** de representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes, órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário em qualquer instância e Ministério Público em qualquer esfera, nas Assembleias Gerais de Acionistas ou Reuniões de Sócios das sociedades nas quais a Companhia participe, bem como nas Assembleias ou Reuniões de entidades de direito privado nas quais a Companhia participe como patrocinadora, membro fundador ou simplesmente membro participante; **(b)** de endosso de cheques ou autorizações bancárias para depósito em contas bancárias da Companhia; **(c)** de representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho; para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados; acordos trabalhistas e demais atos inerentes à condição de preposto; e **(d)** nas movimentações e transferências entre contas bancárias de mesma titularidade da Companhia e/ou suas subsidiárias e empresas controladas. § 1º. Não obstante as disposições do Artigo 13 acima, todos os atos e documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da Companhia, tais como contratos e escrituras de qualquer natureza, cheques, promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e outras movimentações financeiras, empréstimos, financiamentos e títulos de dívida em geral, serão obrigatoriamente assinados por: **(i)** dois Diretores em conjunto, ou um Diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores em conjunto, em caso de ato ou negócio envolvendo montante individual de até R\$ 300.000,00 em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 meses; **(ii)** um Diretor em conjunto com um procurador, em caso de ato ou negócio envolvendo montante individual superior a R\$ 300.000,00 e inferior a R\$1.000.000,00 em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 meses; ou **(iii)** dois Diretores em conjunto, em caso de ato ou negócio envolvendo montante individual superior a R\$ 1.000.000,00 em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 meses. § 2º. As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e, salvo aquelas previstas no § 2º deste Artigo, terão período de validade limitado a, no máximo, 01 ano. § 3º. As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas. § 4º. Os atos, transações e operações praticados em violação ao disposto neste Artigo, ainda que em nome ou em favor da Companhia, não são considerados atos da Companhia, sendo totalmente inoperantes e ineficazes em relação à Companhia, produzindo efeitos e vinculando, pessoalmente,

a pessoa que praticou o ato com infração a este Estatuto ou com excesso de poderes. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 14º.** Se instalado, o Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições estabelecidas em lei, será composto por 3 membros e igual número de suplentes, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral. § 1º. O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação de acionistas, de acordo com as disposições legais. § 2º. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal, no prazo máximo de 30 dias contados da data da respectiva eleição. § 3º. A posse dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, será condicionada à assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio. § 4º. Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de controlador ou controlada de concorrente; (b) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de controlador ou controlada de concorrente. § 5º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto no § 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações e em acordo de acionistas da Companhia. § 6º. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação, sendo permitida a reeleição de membros do Conselho Fiscal. § 7º. Observado o disposto no § 6º deste Artigo 14, acima, os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 1 ano, podendo ser reeleitos. § 8º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. § 9º. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. § 10º. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. § 11º. Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente. § 12º. O Conselho Fiscal se manifestará por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. § 13º. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 15º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. § 1º. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria procederá à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes, as quais deverão ser auditadas pelos auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários escolhidos pela Assembleia Geral. § 2º. A Companhia deverá levantar balanços trimestrais, conforme regulamentação societária. **Artigo 16º.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observada a seguinte ordem: **(i)** 5% do lucro líquido do exercício serão alocados para a reserva legal, até atingir 20% do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; e **(ii)** 75% do lucro líquido ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações, serão distribuídos como dividendo obrigatório. § único. Sempre que houver declaração de dividendos ou qualquer remuneração de acionistas, primeiramente será declarado os dividendos atribuíveis às ações preferenciais classe A e o saldo será alocado entre as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B, conforme exposto no Artigo 5º deste estatuto social. **Artigo 17º.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Artigo 18º.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VII – Dissolução e Liquidação. Artigo 19º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais e o disposto neste Estatuto Social. **Capítulo VIII – Resolução de Disputas. Artigo 20º.** Todo e qualquer litígio ou controvérsia decorrente de ou relacionada a este Estatuto Social, inclusive quanto ao seu cumprimento ou interpretação (“Disputa”), envolvendo quaisquer das Partes, inclusive seus sucessores a qualquer título, será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CAM-CCBC”) ou sua sucessora, de acordo com o Regulamento do CAM-CCBC (“Regulamento de Arbitragem”), ou de sua sucessora, em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem, e, subsidiariamente, com a Lei nº 9.307, de 23/09/1996. § 1º. A arbitragem será conduzida por tribunal arbitral composto por 3 árbitros fluentes na língua portuguesa, escrita e falada, a serem indicados nos termos do Regulamento de Arbitragem (“Tribunal Arbitral”). Os membros do Tribunal Arbitral, incluindo-se o Presidente, poderão ser nomeados de fora da lista do CAM-CCBC, sem qualquer necessidade de justificativa. § 2º. O procedimento arbitral terá: (i) sede na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o português; e (iii) como lei aplicável ao mérito da disputa e ao procedimento arbitral a Lei brasileira, sendo vedado ao Tribunal Arbitral decidir por equidade. § 3º. As Partes poderão pleitear medidas cautelares e de urgência ao Poder Judiciário antes da constituição do Tribunal Arbitral. A partir de sua constituição, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao Tribunal Arbitral, que poderá manter, revogar ou modificar tais medidas anteriormente requeridas ao Poder Judiciário. § 4º. Durante o curso do procedimento arbitral, os custos e despesas com a arbitragem, incluindo custas administrativas do CAM-CCBC, com exceção da taxa de registro, honorários e despesas dos árbitros e despesas com a produção de provas deferidas ou determinadas pelo Tribunal Arbitral, serão divididos na proporção de 50% para o(s) requerente(s) e 50% para o(s) requerido(s). A sentença arbitral atribuirá à parte vencida, ou a ambas as partes na proporção em que suas pretensões não forem acolhidas, a responsabilidade final pelos custos e despesas incorridos com o procedimento arbitral, incluindo, mas não se limitando a, taxa de registro, mas excluindo honorários de advogados e despesas com a contratação de assistentes técnicos, que serão arcados pelas respectivas Partes contratantes. § 5º. As partes deverão manter sigilo sobre toda e qualquer informação referente à arbitragem. As referidas partes comprometem-se a não divulgar (e a não permitir a divulgação de) quaisquer informações de que tomem conhecimento e quaisquer documentos apresentados na arbitragem, que não sejam, de outra forma, de domínio público, quaisquer provas e materiais produzidos na arbitragem e quaisquer decisões proferidas na arbitragem, salvo se e na medida em que (i) o dever de divulgar essas informações decorrer da Lei; (ii) a revelação dessas informações for requerida por uma autoridade governamental ou determinada pelo Poder Judiciário; (iii) essas informações tornarem-se públicas por qualquer outro meio não relacionado à revelação pelas partes; ou (iv) a divulgação dessas informações for necessária para que uma das referidas partes recorra ao Poder Judiciário nas hipóteses previstas na Lei nº 9.307, de 23/09/1996, aí se incluindo a execução da sentença arbitral. Toda e qualquer controvérsia relacionada à obrigação de confidencialidade será dirimida pelo Tribunal Arbitral de forma final e vinculante. **Capítulo IX – Disposições Gerais. Artigo 21º.** A Companhia observará as disposições constantes de acordo de acionistas arquivado em sua sede social. § único. O presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido contra disposição expressa em acordo de acionistas arquivado na sede social, nem a Companhia permitirá o registro de ações em desacordo com as disposições do referido instrumento. **Artigo 22º.** Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis, caso não sejam tratados no acordo de acionistas da Companhia. **Artigo 23º.** Por deliberação da Assembleia Geral, as ações de emissão da Companhia de uma determinada espécie poderão ser resgatadas e/ou convertidas em ações de espécie diversa, respeitada a proporcionalidade prevista na Lei das Sociedades por Ações. § único. A Assembleia Geral que aprovar o resgate e/ou conversão das ações de emissão da Companhia estabelecerá os termos e condições para sua efetivação, conforme aplicável. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 241.192/22-5 em 12/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Publicidade Legal

## PP-NYM Administração de Bem Próprio S/A

CNPJ/ME nº 23.568.430/0001-00

Balço Patrimonial Encerrado em (Valores em milhares de Reais)		Demonstração do Resultado do Exercício (Lei 11.638) (Valores em milhares de Reais)		Demonstração do Resultado Abrangente (Valores em milhares de Reais)	
Ativo	31/12/20	Passivo	31/12/20	Resultado do período	31/12/20
Ativo circulante	4.136	Passivo circulante	4.114	Resultado do período	(500)
Títulos e valores mobiliários	2.826	Outras obrigações	4.114	Resultado abrangente	(500)
Outros títulos de renda fixa	2.826	Impostos e contribuições sobre salários	21	<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>	
Outros créditos	1.310	Demais impostos e contribuições a recolher	3	<i>(Valores em milhares de Reais)</i>	
Diversos	1.310	Provisões para pagamentos a efetuar	37		
Ativo não circulante	15.279	Diversos	4.053		
Imobilizado de uso	15.279	Patrimônio líquido	15.301		
Outros bens do imob de uso	15.801	Capital:	15.801		
(Depreciações acumuladas)	(522)	De domiciliados no exterior	15.801		
Total do ativo	19.415	Lucros/(Prejuízos) acumulados	(500)		
		Patrimônio líquido atribuível aos controladores	15.301		
		Total do passivo e patrimônio líquido	19.415		
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores em milhares de Reais)</b>					
	31/12/20		31/12/20		
Resultados Brutos	-	Rendas de títulos e valores mobiliários	23		
Despesas/Receitas Operacionais	(523)	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(500)		
Despesas Gerais e Administrativas	(523)	Resultado Líquido das Operações Continuadas	(500)		
Despesas tributárias	(1)				
Despesas de depreciação e amortização	(522)	Lucro/(Prejuízo) do Período	(500)		
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(523)	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(500)		
Resultado Financeiro	23	Nº de Ações	15.800.757		
Receitas Financeiras	23	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,032)		
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores em Milhares de Reais)</b>					
<b>1. Contexto Operacional</b> – A empresa PP-NYM Administração de Bem Próprio S.A. (Companhia) foi constituída em 04 de setembro de 2015, e tem por objetivo a administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia. <b>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras</b> – As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).					

A Diretoria:

Reinaldo Dantas – Contador CRC TSP 110.330/O-6

## Saúde do Brasil Holding S.A.

CNPJ/ME nº 22.932.773/0001-49 – NIRE 35.300.480.210

## Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária – Reunião Digital

Acesso pelo Link: [https://teams.microsoft.com/\\_#/meeting-join/19:meeting\\_NDFkNwJhNTA-tYzcyYy00NDE1LWWEyOTcNTQ3MjZlZTViOWRm@thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22%3A%221b4f18a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22,%22Oid%22%3A%22fbb54-7b66-4e8e-8085-c505107009cb%22,%22%7D&anon=true&deplinkid=74ac4668-a80d-4eda-a9ba-d5836b021a61](https://teams.microsoft.com/_#/meeting-join/19:meeting_NDFkNwJhNTA-tYzcyYy00NDE1LWWEyOTcNTQ3MjZlZTViOWRm@thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22%3A%221b4f18a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22,%22Oid%22%3A%22fbb54-7b66-4e8e-8085-c505107009cb%22,%22%7D&anon=true&deplinkid=74ac4668-a80d-4eda-a9ba-d5836b021a61)

Ficam convocados os acionistas da Saúde do Brasil Holding S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de maio de 2022, às 10 horas, em 1ª (primeira) convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 (“IN DREI 81”), e do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte Ordem do Dia: (i) as contas da Administração, incluindo a manifestação da Diretoria, o Relatório Anual da Administração consubstanciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, conforme os termos da manifestação da Diretoria; (iii) a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2022; (iv) a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) a fixação da remuneração global da administração da Companhia. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Patrícia Passos (Jurídico), e-mail [patricia.passos@opy.com.br](mailto:patricia.passos@opy.com.br) com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; (b) ato societário de eleição do administrador que (b.1) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica; ou (b.2) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Conforme estabelecido na Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, os documentos mencionados acima deverão ser apresentados pelos acionistas à Companhia até, no máximo, 30 (trinta) minutos anteriores ao horário da abertura dos trabalhos. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto a distância (“Boletim”), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, (a) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (b) orientações sobre o seu envio à Companhia, (c) indicação dos documentos que devem acompanhar-lo para verificação da identidade do sócio, bem como de eventual representante e (d) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do Boletim: (a) comunicar o recebimento do boletim de voto a distância, confirmando que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (b) informar sobre a necessidade de retificação ou renvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social a Companhia. São Paulo, 21 de abril de 2022. **Fernando Henrique de Almeida Pereira** – Presidente do Conselho de Administração. (21, 24 e 25/05/2022)

## Bioactive Biomateriais S.A.

CNPJ/ME nº 09.474.192/0001-42 – NIRE 35.300.471.385

## Edital de Convocação – Assembleia de Debenturistas

**1. Data, horário e formato da Assembleia:** Ficam convocados os Senhores Debenturistas a se reunirem em Assembleia de Debenturistas, a ser realizada sob a forma digital nos termos da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, em primeira convocação, no dia 06 de junho de 2022, às 14:00 horas, a qual se instalará mediante presença de, no mínimo, metade dos debenturistas com debentures em circulação, sendo que, caso tal quórum não seja atendido, será procedida nova convocação, com antecedência mínima de cinco dias. **2. Local – endereço eletrônico da Assembleia:** A reunião será instalada no endereço eletrônico a seguir, onde os debenturistas poderão participar, discutir e proferir seus votos (caso não tenham enviado boletim de voto a distância com antecedência): <https://bitly.com/ykevvp3>. **3. Documentos para cômputo da Presença dos Debenturistas:** Para que os debenturistas sejam considerados presentes à assembleia deverão enviar, com a devida antecedência, o seguinte documento por e-mail ao endereço eletrônico [ri@bioactive.com.br](mailto:ri@bioactive.com.br) ou em via física para o endereço da sede da Companhia, aos cuidados do Sr. André Luiz Helmeister: procuração outorgada, caso o debenturista pretenda ser representado por procurador na assembleia. Tal documento deve ser recebido no prazo máximo de 30 minutos antes do início da assembleia, sob pena do debenturista não ser considerado presente ao conclave, ressalvadas as exceções constantes do art. 5º da Instrução Normativa DREI nº 79. **4. Cômputo do voto dos Debenturistas:** A votação a distância dos debenturistas pode ocorrer mediante o envio de boletim de voto a distância e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico, no momento da assembleia. O boletim de voto a distância será enviado aos debenturistas na data da primeira publicação desta convocação, por e-mail ou por correio, no endereço eletrônico ou físico de cada debenturista constante dos arquivos da Companhia. O boletim de voto a distância deve ser devolvido à companhia no mínimo 5 (cinco) dias antes da data da realização do conclave por e-mail ao endereço eletrônico [ri@bioactive.com.br](mailto:ri@bioactive.com.br), ou em via física para o endereço da sede da Companhia, aos cuidados do Sr. André Luiz Helmeister. **5. Ordem do Dia:** Proposta de 2º (segundo) Aditamento à Escritura da 3ª Emissão de Debentures da Companhia, alterando, a saber: a) prazo de amortização; b) índice de correção; c) preço e tipo de conversão; e d) opção de migração da 2ª Série para a 1ª Série. **6. Publicação:** Ficam os Senhores informados que este Edital de Convocação será publicado em jornal no dia 20 de maio de 2022, sem prejuízo de seu envio por e-mail a todos os debenturistas contrarrecibo. **André Luiz Helmeister** – Diretor Superintendente. (20, 21 e 24/05/2022)

## Topo Investimentos Agente Autônomo de Investimentos Ltda.

CNPJ/ME nº 36.566.569.0001-66

## Edital de Convocação de Assembleia de Sócios

Os Srs. Sócios da Topo Investimentos Agente Autônomo de Investimentos Ltda., em atendimento ao disposto nos Artigos 1.071, 1.072 e 1.078 da Lei nº 10.406/2002 do Código Civil Brasileiro, ficam convocados a se reunirem em Assembleia de Sócios, a realizar-se em 30 de maio de 2022, às 10:00 horas, em primeira convocação, e às 10:30 horas, em segunda convocação, virtualmente, nos termos do Artigo 1.080-A da Lei nº 10.406/2002 do Código Civil Brasileiro, por meio da Plataforma Teams, (Link de acesso: [https://teams.microsoft.com/\\_#/meeting-join/19:3ameeting\\_Mzg1YVUwZGY1YVWQ5Zi00ZGY1LWWE50GMZTQxYIY4ZTK2MGYw%40thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22%3A%223edeac8b-ff03-442a-8316-7e19b3e0eccc%22,%22Oid%22%3A%22d051f310-368d-4fea-9716-af29162547e%22%7D](https://teams.microsoft.com/_#/meeting-join/19:3ameeting_Mzg1YVUwZGY1YVWQ5Zi00ZGY1LWWE50GMZTQxYIY4ZTK2MGYw%40thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22%3A%223edeac8b-ff03-442a-8316-7e19b3e0eccc%22,%22Oid%22%3A%22d051f310-368d-4fea-9716-af29162547e%22%7D)), instalando-se com a presença, em primeira convocação, de sócios titulares de no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, nos termos do Artigo 1.074 da Lei nº 10.406/2002 do Código Civil Brasileiro, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Deliberar e aprovar a exclusão dos sócios Juscelino Siqueira Diniz Junior e Jéssica Carla Souto Rosendo, devido estarem colocando em risco a continuidade da Sociedade. Belo Horizonte/MG, 19 de maio de 2022

**Anderson dos Anjos Miranda** – Administrador da Topo Investimentos Agente Autônomo de Investimentos Ltda. e **Jorge Andre Parisio Santos** – Administrador da Topo Investimentos Agente Autônomo de Investimentos Ltda. (21, 24 e 25/05/2022)

## Rassini–NHK Autopeças Ltda.

CNPJ/ME nº 61.142.063/0001-77 – NIRE 35.217.590.305

## Extrato da Ata de Reunião de Sócios

**Data, hora, local:** 20.05.2022, 09:00 h, na sede, Av. Marginal Direita da Via Anchieta, 56 – Km 14,5, Rudge Ramos, 09.696-005, São Bernardo do Campo/SP. **Presenças:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Juan Pablo Sanchez Kanter, p.p. Jorge Hachiya Saeki. Secretária: Michele Restum Haidar. **Deliberações aprovadas:** cancelamento da totalidade das quotas em tesouraria, 28.445.464 quotas, totalizando R\$ 284.454,64. O capital social será reduzido e passará de R\$ 20.547.726,45, 2.054.772.645 quotas, para R\$ 20.263.271,81, 2.026.327.181 quotas, no valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada. **Encerramento:** Nada mais. São Bernardo do Campo, 20.05.2022. Sócios NHK Spring CO., LTD. p.p. Jorge Hachiya Saeki; Rassini Automotriz Sociedad Anonima de Capital Variable p.p. Jorge Hachiya Saeki.

## Bioactive Biomateriais S.A.

CNPJ/ME nº 09.474.192/0001-42 – NIRE 35.300.471.385

## Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

**1. Data, horário e formato da Assembleia:** Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada sob a forma digital nos termos da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14/04/2020, em primeira convocação, no dia 30/05/2022, às 14:00 horas. **2. Local – endereço eletrônico da Assembleia:** A reunião será instalada no endereço eletrônico a seguir, onde os acionistas poderão participar (caso não tenham enviado boletim de voto a distância com antecedência): <https://bitly.com/qlcBYr>. **3. Documentos para cômputo da Presença dos Acionistas:** Para que os acionistas sejam considerados presentes, deverão enviar, com a devida antecedência, o seguinte documento no endereço eletrônico [ri@bioactive.com.br](mailto:ri@bioactive.com.br) ou em via física para o endereço da sede da Companhia, aos cuidados do Sr. André Luiz Helmeister: procuração outorgada nos termos do art. 126, § 1º da Lei nº 6.404/76, caso o acionista pretenda ser representado por procurador na assembleia. Tal documento deve ser recebido no prazo máximo de 30 minutos antes do início da assembleia, sob pena do acionista não ser considerado presente ao conclave, ressalvadas as exceções constantes do art. 5º da Instrução Normativa DREI nº 79. **4. Cômputo do voto dos Acionistas:** A votação a distância dos acionistas pode ocorrer mediante o envio de boletim de voto a distância e/ou atuação remota, via sistema eletrônico, no momento da assembleia. O boletim de voto a distância será enviado aos acionistas na data da primeira publicação desta convocação, por e-mail ou por correio, no endereço eletrônico ou físico de cada acionista constante dos arquivos da Companhia. O boletim de voto a distância deve ser devolvido à companhia no mínimo 5 dias antes da data da realização do conclave por e-mail ao endereço eletrônico [ri@bioactive.com.br](mailto:ri@bioactive.com.br), ou em via física para o endereço da sede da Companhia, aos cuidados do Sr. André Luiz Helmeister. **5. Ordem do Dia:** a) grupoamento das ações da Companhia; b) aumento do capital social da Companhia; c) aumento do limite do capital social autorizado; d) alteração de disposições de governança corporativa da Companhia, incluindo ajuste de quórum de deliberação da Assembleia, extinção do Conselho Consultivo e do direito de preferência; e) inclusão de disposições acerca de Tag Along e Drag Along no Estatuto Social da Companhia; f) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e g) autorização aos diretores para tomarem as providências cabíveis referente às deliberações que forem aprovadas. **6. Publicação:** Ficam os Senhores informados que este Edital de Convocação será publicado em jornal no dia 20/05/2022, sem prejuízo de seu envio por e-mail a todos os acionistas contrarrecibo. **Euben Silveira Monteiro Junior** – Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 24/05/2022)

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa  
Faça um orçamento conosco:

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

## DÓLAR

compra/venda  
Câmbio livre BC - R\$  
4,7967 / R\$ 4,7973 \*\*  
Câmbio livre mercado -  
R\$ 4,8050 / R\$ 4,8070 \*  
Turismo - R\$ 4,8800 / R\$  
4,9820

(\* cotação média do  
mercado  
(\*\* cotação do Banco  
Central

Varição do câmbio livre  
mercado  
no dia: -1,31%

OURO BM&F  
R\$ 285,990

## BOLSAS

B3 (Ibovespa)  
Variação: 1,71%  
Pontos: 110.346  
Volume financeiro: R\$  
26,125 bilhões  
Maiores altas: IRB Brasil  
ON (9,23%), BRF SA ON  
(4,86%), Banco do Brasil  
SA ON (4,22%)  
Maiores baixas: Banco  
Inter UNT (-5,16%),  
Qualicorp ON (-4,55%),  
CVC Brasil ON (-3,05%)

S&P 500 (Nova York):  
1,86%  
Dow Jones (Nova York):  
1,98%  
Nasdaq (Nova York):  
1,59%  
CAC 40 (Paris): 1,17%  
Dax 30 (Frankfurt):  
1,38%  
Financial 100 (Londres):  
1,67%  
Nikkei 225 (Tóquio):  
0,98%  
Hang Seng (Hong Kong):  
-1,19%  
Shanghai Composite  
(Xangai): 0,01%  
CSI 300 (Xangai e Shen-  
zhen): -0,58%  
Merval (Buenos Aires):  
2,53%  
IPC (México): -0,27%

ÍNDICES DE  
INFLAÇÃO  
IPCA/IBGE

Março 2021: 0,93%  
Abril 2021: 0,31%

## Moderna Ambiental S/A

CNPJ/MF nº 23.733.677/0001-34

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais omitidos os centavos)

Balço Patrimonial				Demonstração dos Resultados				Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Ativo	Notas	2021	2020	Passivo	Notas	2021	2020			2021	2020
<b>Circulante</b>		<b>4.702.324</b>	<b>4.404.412</b>	<b>Circulante</b>		<b>915.628</b>	<b>650.993</b>	<b>Receita Operacional Bruta</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	668	668	Fornecedores		25.677	21.783	Receita de serviços prestados		746.015	–
Contas a Receber	4	4.385.759	4.385.759	Partes relacionadas	6	879.574	629.209	Impostos incidentes sobre os serviços		(106.307)	–
Outras Contas a Receber		293.343	17.985	Adiantamento de Clientes		500	–	<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>639.707</b>	–
Impostos a Recuperar	5	22.554	–	Provisão para I.Renda/CSLL		9.877	–	Custo dos serviços prestados		(539.333)	(14.687)
<b>Não Circulante</b>		<b>45.048.841</b>	<b>45.050.841</b>	<b>Não Circulante</b>		–	–	<b>Lucro (Prejuízo) Bruto</b>		<b>100.374</b>	<b>(14.687)</b>
Realizável a longo prazo		45.034.457	45.034.457	Exigível a longo prazo		–	–	Despesas gerais e administrativas		(57.652)	(52.839)
Partes relacionadas	6	45.034.457	45.034.457	Patrimônio Líquido		48.835.537	48.804.260	Receitas (despesas) financeiras líquidas		(1.568)	(10)
Imobilizado	7	13.173	15.173	Capital social	8	49.256.261	49.256.261	Outras receitas (despesas) líquidas		–	32.940
Intangível	7	1.212	1.212	Prejuízos acumulados		(420.724)	(452.001)	<b>Lucro (Prejuízo) Operacional</b>		<b>41.154</b>	<b>(34.596)</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>49.751.165</b>	<b>49.455.253</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>49.751.165</b>	<b>49.455.253</b>	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		(9.877)	–
								<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>		<b>31.277</b>	<b>(34.596)</b>
								<b>Demonstração de Resultados Abrangente</b>			
										<b>2021</b>	<b>2020</b>
										31.277	(34.596)
										–	–
										31.277	(34.596)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	49.256.261	(417.405)	48.838.856
Prejuízo líquido do período	–	(34.596)	(34.596)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	49.256.261	(452.001)	48.804.260
Lucro líquido do período	–	31.277	31.277
Saldos em 31 de dezembro de 2021	49.256.261	(420.723)	48.835.537

**1. Contexto operacional** – A Companhia, constituída e organizada sob a forma de Sociedade Anônima, nos Termos da Lei 6.404/76, opera sob a denominação social de **Moderna Ambiental S/A**, e tem sede social na Rua Engenheiro Antonio Jovino, 220, conjunto 61 – Sala B, Vila Andrade, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05727-220, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, representações ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. A Companhia tem por objeto a execução de obras e serviços relativos aos sistemas de limpeza pública e privada, saneamento ambiental, inclusive construção pertinente a tais objetivos, no território nacional ou no exterior, tendo como compromisso precípuo a proteção, preservação e a melhoria constante do meio ambiente, para entidades públicas e privadas, sob regime de contratação, de permissão, de autorização ou de concessão de: (a) Variação manual e mecanizada de vias e logradouros; (b) Limpeza e conservação de monumentos, de faixas de areia, de praças, parques e de área ajardinadas; (c) Lavagem, roçagem e capinação de áreas vegetadas, de vias e rodovias; (d) Desassoreamento e limpeza de bocas de lobo, galerias de águas pluviais, redes de água e desobstrução de demais de ligação; (e) Remoção manual e mecanizada de entulho e sobras de obras; (f) Coleta e transporte e de resíduos domiciliares, de feiras livres, hospitalares, de estabelecimento de serviços de saúde, comerciais, industriais, derivados de petróleo e de todos aqueles resultantes dos serviços de varrição e de limpeza de vias e logradouros; (g) Coleta seletiva de materiais recicláveis; (h) Elaboração de projeto, implantação, fornecimento, construção, montagem eletromecânica e operação de unidades de biogás, estação de transbordo ou transferência, centrais de reciclagem, usinas de compostagem e de tratamento, trituração e de incineração de resíduos domiciliares, inertes, comerciais, industriais, hospitalares e de estabelecimentos de serviços de saúde; (i) Elaboração de projeto, implantação, fornecimento, construção, montagem e operação de unidades de usina para obtenção de fontes alternativas de energia; (j) Comercialização dos produtos e subprodutos obtidos a partir das usinas de compostagem e de reciclagem de resíduos; (k) Elaboração de projeto, implantação, construção, recuperação ambiental, terraplanagem, e operação de aterros sanitários de resíduos domiciliares, de resíduos industriais e de resíduos inertes, energéticos, públicos ou privados; (l) Prestação de serviços relativos à construção, administração, gerenciamento, supervisão, estudos, projetos e a execução de quaisquer obras e serviços de engenharia civil, em todas as suas modalidades técnicas e econômicas.

**2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.1. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis da sociedade estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. **2.3. Instrumentos financeiros:** A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e suas classificações são definidas no reconhecimento inicial. Mensurados ao valor justo por meio de resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e encontram-se registrados no Ativo Circulante. Os ganhos ou perdas apuradas são apresentados na demonstração do Resultado na rubrica de Receitas Financeiras Líquidas, no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tivesse sido contratado em conexão com outra operação. Empréstimos e recebíveis são os valores concedidos e os créditos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses. **2.4. Imobilizado:** O imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e das provisões por perdas no valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que representam a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.5. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Sociedade decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **2.7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas às fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos significativos de causar ajustes no valor contábil dos ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, são discutidas a seguir. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **2.8. Tributação:** A Sociedade é tributada pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurando-os de acordo com as determinações da lei de aplicação pelo Lucro Real. O Programa de Integração Social e a Cofins são apurados de acordo com a metodologia de não-cumulatividade de acordo com a legislação vigente.

**3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão compostos das seguintes contas:

	2021	2020
Bancos Conta Movimento	668	668
<b>Total de equivalentes de caixa</b>	<b>668</b>	<b>668</b>

**4. Contas a receber** – O saldo de contas a receber da companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.385.759 (R\$ 4.385.759 em 2020), referente a títulos emitidos pela companhia por serviços prestados.

	2021	2020
<b>5. Impostos a recuperar</b>		
IRRF sobre prestação de serviços	7.460	–
Pis a recuperar	270	–
Cofins a recuperar	1.246	–
CSLL a recuperar	7.460	–
Retenção de INSS	6.118	–
<b>Total de impostos a recuperar</b>	<b>22.554</b>	<b>–</b>

**6. Partes relacionadas** – Representam operações de empréstimos efetuadas a empresas do grupo, devidamente lastreadas

**Relatório dos Auditores Independentes**

Aos Senhores Acionistas e Administradores da Moderna Ambiental S.A. São Paulo-SP

**Opinião sem ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da Moderna Ambiental S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Moderna Ambiental S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases – Créditos com empresas ligadas:** A Sociedade mantém registrado em seu Ativo não circulante créditos provenientes de operações de mútuo com empresas coligadas e/ou controladas, devidamente formalizadas contratualmente, cuja realização dependerá da geração de caixa dessas empresas em montante suficiente para garantir a quitação dos créditos. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a

apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de abril de 2022.  
Sergio de Andrade Behrend  
Sócio Diretor – CRC 1SP 197.708/O-8  
Triade Auditores Independentes  
CRC 2SP 015.090/O-5

## Juros caem com exterior, câmbio, de olho no projeto do ICMS e antes do IPCA-15

Inseridos no contexto global de risk on, os juros futuros fecharam o dia em queda, com exceção das taxas curtas, que terminaram quase estáveis – até estavam em baixa mais cedo, mas à tarde zeraram o recuo, com o mercado entrando em compasso de espera pelo IPCA-15 de maio, na terça-feira. A queda do dólar e o impacto favorável à inflação, se aprovado, do projeto que unifica a alíquota de cobrança do ICMS, que deve ser votado também na terça na Câmara, completam a lista dos fatores a influenciar as taxas. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 fechou a sessão regular em 13,265%, de 13,274% no ajuste de sexta-feira, e a do DI para janeiro de 2024 passou de 12,79% para 12,765%. O DI para janeiro de 2025 encerrou com taxa de 12,03%, de 12,089%, e o DI para janeiro de 2027, com taxa de 11,775%, de 11,859%. O movimento da curva foi menos intenso que o dos demais ativos domésticos durante toda a sessão até porque as taxas de médio e longo prazos já vinham numa sequência firme de baixas na última semana. Isto é Dinheiro

## Publicidade Legal

## Adecco Recursos Humanos S.A.

CNPJ/MF nº 35.918.663/0001-74

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: <https://datamercantil.com.br/>

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)						
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>				<b>Receita líquida da prestação de serviços</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.485	9.236	Empréstimos	15	7.000	-	Custos dos serviços prestados	17	374.626	220.001	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.797	3.326
Contas a receber líquidas	5	69.524	38.010	Fornecedores		1.772	1.087	Lucro bruto	18	(294.913)	(177.529)	<b>Ajustes por itens que não afetam o caixa:</b>		
Impostos a recuperar	6	7.815	7.717	Passivo de arrendamento	14	760	1.145	Despesas operacionais				Amortização de direito de uso	14	764
Despesas antecipadas		2.573	2.304	Impostos a recolher	10	9.591	6.005	Despesas administrativas	19	(43.451)	(26.837)	Atualização monetária de arrendamentos		
Outros créditos		669	576	Obrigações trabalhistas	11	24.494	17.703	Depreciação e amortização	19	(18.216)	(8.836)	Depreciação	8	806
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>90.066</b>	<b>57.843</b>	Partes relacionadas	12	2.471	37.272	Despesas com acordos trabalhistas				Amortização	9	293
<b>Não circulante</b>				Parcelamentos REFIS		120	117	(Despesas) provisões/reversão de demandas judiciais e administrativas				Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	5	(133)
Depósitos judiciais	7/13	7.963	8.136	Bonus a pagar		1.985	480	(Perda) com alienação de ativos não circulantes				Provisão de demandas judiciais e administrativas	13	2.815
Impostos a recuperar	6	3.301	-	Outros débitos		1.478	1.954	Lucro antes das despesas financeiras				Atualização Refis		(4)
Partes relacionadas	12	1.424	668	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>49.671</b>	<b>65.763</b>	Lucro financeiro	20	3.158	(1.307)	Baixa de ativo imobilizado e intangível	8	30
Imobilizado	8	2.896	2.289	<b>Não circulante</b>				Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				Atualização monetária de depósito judicial		(129)
Direitos de uso	14	1.273	2.163	Passivo de arrendamento	14	570	1.118	Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(3.165)	(1.271)	Provisão de juros sobre mútuo		-
Intangíveis	9	1.598	1.622	Provisão demandas judiciais e administrativas	13	6.857	5.627	Imposto de renda e contribuição social diferido	21	2.678	-	<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>		
Diferido		3.060	-	Passivo diferido		383	-	<b>Lucro do exercício</b>		<b>10.310</b>	<b>2.055</b>	Contas a receber	5	(31.379)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>21.515</b>	<b>14.878</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>7.810</b>	<b>6.745</b>	<b>Lucro do exercício</b>				Impostos a recuperar	6	(208)
<b>Total do ativo</b>		<b>111.581</b>	<b>72.721</b>	<b>Total do patrimônio líquido (passivo descoberto)</b>		<b>54.100</b>	<b>213</b>	<b>Resultado abrangente do exercício</b>				Despesas antecipadas		(269)
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>111.581</b>	<b>72.721</b>					Outros ativos		(93)
												Partes relacionadas		(756)
												Diferido		(3.060)
												Depósitos Judiciais pagos (recuperados) Refis		(173)
												Aumento (redução) nos passivos:		
												Fornecedores		685
												Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(3.192)
												Tributos a recolher		3.586
												Pagamentos demandas judiciais e administrativas		(1.585)
												Obrigações trabalhistas		6.791
												Partes relacionadas		(34.801)
												Passivo diferido		382
												Outros passivos		1.025
												Caixa proveniente das atividades operacionais		47.771
												<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
												Aquisição de ativos imobilizado	8	(1.439)
												Venda de ativos imobilizado	8	-
												Aquisição de ativos intangíveis	9	(273)
												Caixa aplicado nas atividades de investimento		(1.712)
												<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
												Integralização de Capital		43.576
												Pagamento / Captação de empréstimos		7.000
												Pagamento de passivo de arrendamento		(844)
												Caixa aplicado nas atividades de financiamento		49.732
												<b>Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		
												Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9.236
												Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		9.485

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros (prejuízos) a realizar	Reserva de Lucros (prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.107</b>	<b>55</b>	<b>-</b>	<b>(8.004)</b>	<b>(1.842)</b>
Lucro do exercício	-	-	-	2.055	2.055
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>6.107</b>	<b>55</b>	<b>-</b>	<b>(5.949)</b>	<b>213</b>
Aporte de capital social	43.576	-	-	-	43.576
Lucro do exercício	-	-	-	(10.310)	10.310
Reserva legal	-	-	218	(218)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	4.144	(4.144)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>49.683</b>	<b>55</b>	<b>218</b>	<b>4.144</b>	<b>54.100</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

**1. Informações sobre a Companhia** – A Adecco Recursos Humanos S.A. (doravante denominada “Companhia” ou “Adecco”) tem sede na cidade de São Paulo, à Avenida Paulista, 283 – 17º Andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo Brasil. A Companhia foi constituída em 10 de abril de 2002 sob a forma de Sociedade por ações de capital fechado e tem como atividade principal a locação de mão de obra temporária e a prestação de serviços de administração de mão-de-obra temporária na forma da Lei nº 6.019/74, a prestação de serviços de recrutamento e seleção de profissionais e terceirização de serviços profissionais. Em 10 de dezembro de 2021, a Companhia aumentou o capital para R\$ 49.683 com um aumento de R\$ 43.576, mediante a emissão de 435.758 (quatrocentas e trinta e cinco mil, setecentas e cinquenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 100,00 (cem reais) por ação, sendo este valor subscrito e integralizado pela acionista Adecco Group AG. Com isso a Companhia passou a ter 1.316.244 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, duzentas e quarenta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e 3 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 5,00 (cinco reais) cada.

**1.2. Declaração de conformidade** – As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas melhores estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A autorização para conclusão da preparação dessas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da Diretoria de 20 de maio de 2022.

**André Carlos Alves Vicente** – Diretor Presidente  
**Lucilene Rossini Pereira** – Diretora Financeira/Contadora CRC 1SP 273.378/O-8

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

**governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida sig-

**Ernst & Young**  
**Auditores Independentes S.S.**  
CRC 2SP 034.519/O-6

**Rita de C. S. Freitas**  
Contadora  
CRC 1SP 214.160/O-5

São Paulo, 20 de maio de 2022.

nificativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

## Allis Soluções Inteligentes S.A.

CNPJ/MF nº 08.219.000/0001-99

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)				
	2021	2020		2021	2020	2021	2020	
<b>Ativo/Circulante</b>	<b>2.012</b>	<b>3.980</b>	<b>Lucro bruto</b>	<b>1.327</b>	<b>1.210</b>	Resultado financeiro	(153)	(867)
Não circulante	20.576	56.140	Despesas operacionais	12	(5.884)	<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>7.410</b>	<b>839</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>22.588</b>	<b>60.120</b>	<b>Resultado operacional</b>	<b>1.339</b>	<b>(4.674)</b>	IRPJ e contribuição social	(468)	1.788
<b>Passivo/Circulante</b>	<b>3.937</b>	<b>25.144</b>	Equivalência Patrimonial	6.224	839	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>6.942</b>	<b>(2.914)</b>
Não circulante	137.063	29.446	<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)</b>					
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(118.412)</b>	<b>5.530</b>	<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>22.588</b>	<b>60.120</b>	Lucro líquido do exercício	6.942	(2.914)	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(393)	(137)
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)</b>			Ajustes para reconciliar o lucro com recursos provenientes das atividades operacionais	7.321	(823)	<b>Aumento líquido (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>19</b>	<b>(13)</b>
<b>Capital social</b>	<b>16.890</b>	<b>(8.447)</b>	Variações nos ativos e passivos	(13.876)	3.875	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	15
<b>Reservas</b>	<b>(8.447)</b>	<b>8.443</b>	<b>Caixa proveniente (aplicado) das operações</b>	<b>412</b>	<b>138</b>	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21	2
<b>Total</b>	<b>8.443</b>	<b>8.443</b>	Juros pagos e impostos retidos	25	-			
Em 19/01/2020	16.890	(8.447)	8.443					
Transações do ano	-	(2.914)	(2.914)					
Em 31/12/2020	16.890	(11.361)	5.529					
Transações do ano	-	(123.941)	(123.941)					
Em 31/12/2021	16.890	(135.302)	(118.412)					

Anderson Nunes da Silva | Flávia Moraes Von Kruger – Contadora CRC/SP: 316.040/O-9

## Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6494	Peso (México) - 0,2685
Dólar (EUA) - 5,5269	Peso (Uruguai) - 0,1248
Franco (Suíça) - 5,988	Yuan (China) - 0,8494
Iene (Japão) - 0,05086	Rublo (Rússia) - 0,07371
Libra (Inglaterra) - 7,6575	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,5958
Peso (Argentina) - 0,06036	
Peso (Chile) - 0,007716	

**Data Mercantil**  
A melhor opção para sua empresa

## = Agrottools Gestão e Monitoramento Geo - Espacial de Riscos S.A. =

CNPJ/MF nº 08.808.179/0001-10

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais), exceto quando indicado de outra forma

BALANÇO PATRIMONIAL				
Ativo	31/12/2021	31/12/2020		
Ativo Circulante	62.086.329	14.153.236		
Caixa e equivalentes de caixa	58.746.756	9.864.542		
Clientes	2.216.754	4.227.786		
Impostos à recuperar	1.052.012	26.250		
Outros créditos	70.807	34.659		
<b>Ativo não circulante</b>	<b>17.437.918</b>	<b>11.856.378</b>		
Outros créditos	-	178		
Partes relacionadas	782.305	101.000		
Imobilizado	895.028	613.887		
Intangível	15.760.585	11.241.312		
<b>Total do ativo</b>	<b>79.524.247</b>	<b>26.109.613</b>		
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
	31/12/2021	31/12/2020		
Receita operacional líquida	20.502.935	15.114.628		
Custo dos serviços prestados	(6.109.163)	(3.228.285)		
<b>Lucro bruto</b>	<b>14.393.773</b>	<b>11.886.343</b>		
Despesas gerais e administrativas	(8.124.653)	(3.179.734)		
Outras rec. e (desp.) operacionais	6.995.650	(33.394)		
Result. de particip. em controlada	(824.608)	-		
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>12.440.161</b>	<b>8.673.215</b>		
Receitas financeiras	991.281	555.609		
Despesas financeiras	(773.329)	(95.410)		
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>12.658.113</b>	<b>9.133.413</b>		
IRPJ CSLL	(2.463.159)	(1.843.480)		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>10.194.954</b>	<b>7.289.934</b>		
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Capital social		Reserva de lucros	
	Integralizado	A integralizar	Reserva legal	Lucros acumulados
Saldos em 1º de janeiro de 2020	3.000.000	-	-	198.281
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.289.934
Distribuição de dividendos do exercício	-	-	-	(869.348)
Aumento de capital	14.259.437	(258.277)	-	14.001.160
Reserva legal	-	-	364.497	(364.497)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>17.259.437</b>	<b>(258.277)</b>	<b>364.497</b>	<b>6.254.370</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	17.259.437	(258.277)	364.497	6.254.370
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.194.954
Distribuição de dividendos do exercício	-	-	-	(15.703.816)
Aumento de capital	57.000.000	258.277	-	57.258.277
Reserva legal	-	-	509.747	(509.747)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>74.259.437</b>	<b>-</b>	<b>874.244</b>	<b>235.763</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Agrottools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. (a "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado (em 12 de fevereiro de 2020, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a alteração do tipo jurídico da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações), constituída em 14 de fevereiro de 2007. Atualmente, sua principal atividade é o desenvolvimento e entrega de soluções digitais baseadas em sistemas geográficos, cruzamento de dados multi fonte e metodologias/known-how, com processamento de informações tabulares e espaciais; integração de sistemas, uso de aplicações mobile e técnicas derivadas de sensoriamento remoto. **Crescimento:** a pandemia trouxe ao cenário local a aceleração da demanda por serviços e processos de transformação digital. Tal mudança foi refletida no aumento da receita de vendas da Companhia. No 10 trimestre de 2021, com agravamento da pandemia em decorrência de nova onda e novas variantes do vírus, foi instituído nova fase emergencial com fechamento de comércio e antecipação de feriados. Tal agravamento também não impactou a empresa, pois a demanda por serviços de digitalização dos negócios segue aquecida. **Conflito Rússia-Ucrânia:** Em fevereiro de 2022 iniciou-se um conflito entre Rússia e Ucrânia, que certamente afetará toda a economia global ao desacelerar o crescimento e aumentar a inflação em muitos países, os desdobramentos da guerra representam diversos obstáculos a serem enfrentados pelo mundo inteiro, principalmente no setor energético, em especial as economias mais dependentes desta região do conflito. Assim como o setor de alimentos, em especial, países na Europa e na África que compram muitos produtos diretamente de russos e ucranianos, ocorrendo assim uma mudança abrupta no tabuleiro geopolítico Global, com questionamentos quanto a continuidade da estratégia de globalização no modelo anterior e por

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Aos Administradores e Acionistas Agrottools Gestão e Monitoramento Geo - Espacial de Riscos S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Agrottools Gestão e Monitoramento Geo - Espacial de Riscos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrottools Gestão e Monitoramento Geo - Espacial de Riscos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de junho de 2021, sem ressalvas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as

normas de base agrícola e exportadoras de commodities como o Brasil enfrentarão muitos desafios, oportunidades e potenciais impactos nos insumos agrícolas e nas exportações. Desafios e oportunidades estas, que as soluções da Agrottools ajudam a interpretar e mitigar, criando um cenário de fortalecimento para as nossas soluções em meio a uma disputa global quanto a temas estratégicos como: ESG, supply chain e clima Global. Ou seja, apesar de um cenário de guerra como este desafiar as economias de forma geral, no caso da Agrottools representa uma grande oportunidade, por estar bem posicionada em todo o ecossistema do agro, incluindo geografias internacionais, provendo tecnologia, inteligência de dados e insights para melhores decisões e gestão dos riscos das grandes e médias empresas. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias Empresas NBC TG 1000 (R1), que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela administração da Companhia em 16 de maio de 2022. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado

práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias Empresas NBC TG 1000 (R1), que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela administração da Companhia em 16 de maio de 2022. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias Empresas NBC TG 1000 (R1), que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela administração da Companhia em 16 de maio de 2022. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro líquido do exercício	10.194.254	7.289.934	
<b>Ajustes que não afetam o caixa</b>			
Equivalência Patrimonial	824.609	-	
Depreciações e amortizações	2.443.463	1.475.889	
Baixas Imobilizado	64	15.196	
Despesa com IRPJ e CSLL	2.463.159	-	
Perda esperada com créditos de liq. duvidosa	4.351	33.394	
	15.930.600	8.814.413	
<b>Decréscimo (acrécimo) nas contas de ativo operacionais</b>			
Clientes	2.006.681	(1.178.999)	
Impostos a recuperar	(1.025.762)	(3.395)	
Outros créditos	(35.970)	99.856	
<b>Acrécimo (decrécimo) nas contas de passivo operacionais</b>			
Fornecedores	228.701	40.551	
Obrigações tributárias	119.764	200.772	
Obrigações trabalhistas	469.302	208.332	
Outras obrigações	35.000	(2.669)	
<b>Caixa gerado pelas operações IRPJ e CSLL pagos</b>	<b>17.728.316</b>	<b>8.178.861</b>	
<b>Caixa gerado pelas atividades de investimento</b>			
Mútuos feitos a partes relacionadas	(681.305)	(359.940)	
Investimento	(35.000)	-	
Adições ao imobilizado	(479.466)	(287.292)	
Adições ao intangível	(6.764.475)	(3.636.960)	
<b>Caixa aplicado pelas atividades de investimento</b>	<b>(7.960.246)</b>	<b>(4.284.192)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de financiamentos	424.066	193.640	
Financiamentos pagos	(374.162)	(47.498)	
Aumento de capital	57.258.277	14.001.160	
Dividendos pagos	(15.699.931)	(9.868.628)	
<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>41.608.250</b>	<b>4.278.674</b>	
<b>Aumento/redução no caixa e equiv. de caixa</b>	<b>48.882.215</b>	<b>8.173.343</b>	
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	9.864.542	1.691.198	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	58.746.756	9.864.542	
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>48.882.215</b>	<b>8.173.343</b>	

no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. d) Estimativas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **Principais práticas contábeis adotadas:** A Companhia aplicou as políticas contábeis de acordo com as práticas contábeis e a legislação brasileira

**DIRETORIA**  
Lucas Carvalho Tuffi Isak - Administrador  
Hogim Athie Gebara - CRC/SP nº 1SP149730/O-0

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa controlada e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São José dos Campos, 16 de maio de 2022. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5; Maurício Cardoso de Moraes - Contador CRC 1PR035795/O-1 T-SP.

## Com retomada em NY, Ibovespa sobe 1,71% e recupera o nível de 110 mil pontos

Surfando a relativa melhora do humor externo, o Ibovespa obteve nesta abertura de semana o terceiro ganho diário consecutivo, colhendo perda (-2,34%) em apenas uma das últimas nove sessões, saindo da faixa dos 103 mil pontos, no fechamento de 10 de maio, para retomar agora o nível de 110 mil, não visto em encerramento desde 25 de abril (110.684,95). Nesta segunda-feira, a referência da B3 subiu 1,71%, aos 110.345,82 pontos, entre mínima de 108.499,83, da abertura, e máxima de 110.679,60 pontos, com giro a R\$ 26,3 bilhões. No mês, sobe 2,29%, colocando o ganho do ano a 5,27%.

Após ter ensaiado na sexta-feira ingressar em 'bear market' – tendo chegado a acumular durante aquela sessão, mas não no fechamento, queda de 20% em relação ao pico mais recente, de 4 de janeiro -, o S&P 500 (+1,86%), como Dow Jones (+1,98%) e Nasdaq (+1,59%), subiu com firmeza nesta segunda-feira.

O dia foi também amplamente positivo nas bolsas europeias, com novo fortalecimento do euro frente ao dólar, ante sinal, do Banco Central Europeu (BCE), de que os juros na zona do euro possam começar a subir ainda em julho e que a taxa de depósito favoreceu as ações de bancos.

Com o índice DXY – que contrapõe o dólar a uma cesta de seis referências, entre as quais o euro – em baixa na sessão, o real voltou a se apreciar frente à moeda americana, negociada agora na casa de R\$ 4,80 (-1,41%), no fechamento, após ter chegado a tocar a marca de R\$ 5 na semana passada.

A recuperação das commodities é outro alento para a B3, com Vale ON (+2,04%) e Petrobras (ON +3,69%, PN +3,93%) em forte desempenho nesta segunda-feira, assim como os grandes bancos,

com destaque para BB (ON +4,22%), Itaú Unibanco (PN +2,59%) e Santander (Unit +2,51%). Na ponta do Ibovespa, IRB (+9,23%), BRF (+4,86%) e BB ON (+4,22%), com Banco Inter (-5,16%), Qualicorp (-4,55%) e CVC (-3,05%) na face oposta.

O minério de ferro negociado em Dalian (China) teve alta de 4,41%, a US\$ 129,63 por tonelada, e o Brent se descolou do WTI, estável na sessão, e fechou em alta de 0,77%, a US\$ 113,42 por barril (para junho), ambos favorecidos pela perspectiva de reabertura da China. As incertezas quanto à inflação global e à inclinação dos juros nas maiores economias, contudo, ainda requerem cautela dos investidores.

“Na última semana, o mercado mostrou que a volatilidade segue presente nas bolsas ao redor do mundo”, observa Antônio Sanches, analista da Rico Investimentos, chamando atenção para o descolamento da B3 no fim da semana passada, beneficiada então pela redução da taxa de juros de longo prazo na China – “uma sinalização de movimentação do governo (chinês) para estimular a economia, que perde fôlego diante da política de covid-zero no país”.

Em paralelo, um quadro nada benigno na maior economia de todas: inflação alta, juros em elevação e receio de que os Estados Unidos venham a entrar em recessão, combinação que contribui para a moderação do apetite por risco vista desde o mês passado, acrescenta o analista.

“Temos nos beneficiado do rali de commodities, ainda mais agora com China reabrindo. O dólar tem se depreciado com a leitura do mercado de que os Estados Unidos estão se desacelerando, com eventual recessão, o que tem puxado para baixo os juros longos americanos – a taxa da T-note de 10 anos voltou para 2,84%.

Isto é Dinheiro

## Negócios

### Minério de ferro salta quase 7% após Índia aumentar tarifas de exportação



Os contratos futuros de minério de ferro de referência na China subiram cerca de 7% nesta segunda-feira, seguindo seu maior salto diário em dois meses e meio, depois que a Índia aumentou as tarifas de exportação de algumas commodities para conter as crescentes pressões inflacionárias.

A Índia é um dos principais fornecedores não convencionais de minério de ferro para a China, respondendo por quase 3% do total das importações chinesas em 2021. No entanto, as compras da China tiveram redução acentuada nos primeiros quatro meses deste ano devido ao aumento da demanda na Índia e à queda dos preços do

minério de ferro.

O governo indiano elevou as tarifas de exportação de minério de ferro e concentrados, de 30% para 50%, enquanto as tarifas sobre pelotas passaram de zero para 45%. Também foram removidas as tarifas de importação de carvão metalúrgico e coque.

“O impacto das mudanças nas tarifas de exportação de minério de ferro na Índia não é tão significativo”, disse Cheng Peng, analista da SinoSteel Futures.

“A questão principal está no lado da oferta, e isso teria um impacto maior nas expectativas do mercado (que a Índia possa compensar as interrupções causadas pelo conflito Ucrânia-Rússia)”.

Os futuros de minério de

ferro mais negociados na bolsa de commodities de Dalian, para entrega em setembro, fecharam em alta de 4,4%, a 864 iuanes (129,65 dólares) por tonelada, depois de subirem 6,9%, para 884 iuanes, sua maior alta em 6 de maio, mais cedo na sessão.

Os contratos futuros de minério de ferro de Cingapura, para entrega em junho, subiram 0,6%, para 135 dólares a tonelada.

Outros ingredientes siderúrgicos na bolsa de Dalian caíram, com o carvão metalúrgico caindo 2,5%, para 2.567 iuanes por tonelada, e os preços do coque recuaram dos ganhos da manhã para 0,8%, a 3.370 iuanes por tonelada.

Reuters

### Sob pressão do Congresso, Aneel analisa adiar reajustes nas tarifas da Cemig



Sob pressão do Congresso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) analisa adiar os reajustes das tarifas da Cemig, empresa que atua em Minas Gerais, onde se concentra a base eleitoral do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Os reajustes deveriam entrar em vigor a partir do dia 28 de maio, mas a diretoria da agência julgará na terça-feira, 24, a ampliação do prazo de vigência dos valores praticados atualmente.

O Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) apurou que as tarifas atuais devem ser mantidas por ao menos duas semanas. Nesse meio tempo, o Congresso analisa medidas que possam atenuar os efeitos dos reajustes.

### Bank of America aumenta salário mínimo para US\$22 por hora nos EUA

O Bank of America disse nesta segunda-feira que está elevando o salário mínimo de seus empregados nos Estados Unidos para 22 dólares por hora, aproximando-se de sua promessa de pagar aos trabalhadores 25 dólares por hora até 2025.

O segundo maior banco dos Estados Unidos em ativos vem aumentando seu salário mínimo desde 2017, quando era de 15 dólares, e está na vanguarda dos bancos que aumentam o salário base para funcionários que trabalham por hora.

No ano passado, o banco prometeu pagar pelo menos 25 dólares por hora até 2025, o salário mínimo mais alto

de qualquer grande banco de varejo, e também começou a exigir que seus fornecedores estabelecessem um salário mínimo de 15 dólares por hora.

Este último aumento salarial ocorre em um momento em que a inflação nos Estados Unidos está na máxima de 40 anos, elevando os preços de alimentos, saúde e aluguéis, que em março atingiram o nível mais alto desde 2006.

Há também um número recorde de vagas de empregos não preenchidas, o que significa que os bancos enfrentam forte concorrência para contratar novos funcionários e estão dando alta prioridade à manutenção dos trabalhadores que têm.

Reuters



A principal delas é um projeto de lei complementar que estabelece alíquota máxima de 17% para a cobrança no ICMS, imposto estadual, sobre energia e combustíveis, transportes e telecomunicações, de autoria do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE).

O projeto trata a energia elétrica como produto essencial e antecipa, na prática, decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu a aplicação de uma alíquota maior do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica e serviços de telecomunicações. A medida está prevista para entrar em vigor a partir de 2024. A proposta deve ser votada na terça-feira pelos deputados.

A proposta tem apoio das empresas de energia porque

é uma demanda antiga do setor, segundo apurou a reportagem.

A fixação de uma alíquota de 17% tem potencial para reduzir a inflação em 1,39 ponto porcentual, segundo cálculos dos analistas do BTG, distribuídos aos clientes. Do total da queda prevista, um recuo de 0,42 ponto porcentual seria decorrente da redução do ICMS que incide sobre as tarifas de energia.

O setor trabalha para impedir a suspensão dos reajustes já autorizados pela Aneel e mudanças na metodologia que define os reajustes, o que representaria uma quebra de contratos. Embora negativo, as empresas não veem com grande preocupação o adiamento do prazo de análise do reajuste da Cemig.

Reuters